



EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 037/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 043/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 011/2026
CREDENCIAMENTO Nº 008/2026

OBJETO: Chamamento Público para o credenciamento de pessoas jurídicas especializadas no ramo alimentício para o fornecimento contínuo e fracionado de refeições preparadas, compreendendo as modalidades de Self Service, Marmitex (Tamanhos Grande e Médio) e Prato Feito (PF), conforme especificações contidas no Termo de Referência (ANEXO II).

LOCAL:	O recebimento da documentação para o credenciamento ocorrerá exclusivamente no formato eletrônico através do site https://licitanet.com.br/ .
PERÍODO:	A partir da Publicação e ficará permanentemente aberto durante 12 meses.
RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO:	A partir das 00:00 hora do dia 11/06/2026 até as 23:59 horas do dia 10/06/2027.
PRIMEIRA CHAMADA:	A partir das 08:00 horas do dia 25 de junho de 2026.

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE ITANHOMI/MG, por intermédio do Setor de Licitações, realizará a Licitação na Modalidade Credenciamento Eletrônico, em sessão pública a ser realizada na Plataforma de Licitações Licitanet (<https://licitanet.com.br/>) a qual, conforme especificado no ANEXO II (Termo de Referência) deste edital, através do Agente de Contratação, Sr. LAERTE MARTINS ALVES DE OLIVEIRA, e Equipe de Apoio nomeada pela Portaria nº 099/2025, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas modificações posteriores, torna público que receberá, durante o período das 00:00h do dia 11 de junho de 2026 até as 23:59h do dia 10 de junho de 2027, no site eletrônico: <https://licitanet.com.br/>, regida pela Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente EDITAL.

O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Itanhomi/MG, através do endereço eletrônico <https://www.itanhomi.mg.gov.br/licitacoes>, na Plataforma de Licitações Licitanet, através do endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>, de forma exclusiva pelo método eletrônico, propostas para o CREDENCIAMENTO Nº 008/2026, para realização

Chamamento Público para Credenciamento de empresas especializadas para a prestação dos serviços descritos no Termo de Referência, destinados a promover a melhoria contínua da eficiência dos serviços públicos municipais da Prefeitura de Itanhomi-MG, de acordo com as especificações e especialidades a seguir relacionadas:

1 - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente Edital é o Chamamento Público para o credenciamento de pessoas jurídicas especializadas no ramo alimentício para o fornecimento contínuo e fracionado de refeições preparadas, compreendendo as modalidades de *Self Service*, *Marmitex* (Tamanhos Grande e Médio) e Prato Feito (PF), visando atender às demandas de operários de obras públicas, servidores em regime de plantão, frentes de trabalho na zona rural e demais setores da Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG.

1.2 - A execução do objeto dar-se-á sob o regime jurídico de Inexigibilidade de Licitação (art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021 e disposições do Decreto Municipal nº 055/2023), operando mediante a adesão expressa, incondicional e irrestrita das credenciadas à tabela de preços unitários previamente fixada pela Administração Pública Municipal, conforme as especificações técnicas e quantitativos dispostos no Termo de Referência (ANEXO II).

1.3 - Com o fito de garantir a exequibilidade operacional e a eficiência logística do fornecimento, evitando o perecimento da temperatura e qualidade nutricional dos alimentos e o grave prejuízo à jornada de trabalho dos servidores com deslocamentos intermunicipais, a execução do serviço (consumo das refeições ou retirada dos marmitex) deverá ocorrer estritamente na sede do município de Itanhomi-MG.

1.3.1 - A exigência não constitui requisito de habilitação, podendo ser atendida por qualquer interessado independentemente de sua sede, devendo apenas estar implementada antes do início da execução contratual, em razão da necessidade operacional de fornecimento imediato das refeições e preservação de sua qualidade sanitária.

1.4 - Para assegurar o atendimento à referida diretriz logística sem caracterizar restrição indevida à ampla competitividade do certame, as empresas interessadas, independentemente do local onde possuam sua sede estatutária no momento do credenciamento, deverão dispor e comprovar, impreterivelmente até o

momento do início da execução contratual (assinatura do Termo de Credenciamento ou ordem de fornecimento inicial), a instalação de um posto de atendimento físico localizado na sede do município de Itanhomi-MG.

1.4.1 - O respectivo posto de atendimento deverá cumprir rigorosamente com todas as exigências estruturais e normativas definidas no Termo de Referência para o(s) lote(s) em que a pessoa jurídica obtiver o seu credenciamento.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste Chamamento Público as pessoas jurídicas (empresas) legalmente constituídas, cujo objeto social e ramo de atividade (CNAE) sejam pertinentes e compatíveis com o objeto deste certame (fornecimento de alimentação preparada), e que satisfaçam plenamente todas as condições de habilitação e demais exigências estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

2.2 - Nos termos do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, não poderão disputar este credenciamento, direta ou indiretamente, as pessoas jurídicas que se enquadrem em qualquer das seguintes situações:

2.2.1 - Que se encontrem em processo de falência, ressalvadas as empresas em recuperação judicial ou extrajudicial cujo plano de recuperação já tenha sido acolhido judicialmente, desde que demonstrada a sua viabilidade econômica;

2.2.2 - Que estejam cumprindo sanção de impedimento de licitar e contratar imposta pela Administração Pública Direta e Indireta do Município de Itanhomi-MG;

2.2.3 - Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, de qualquer esfera federativa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.2.4 - Que estejam proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação transitada em julgado por atos de improbidade administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992) ou por infrações penais e ambientais;

2.2.5 - Cujos dirigentes, administradores, sócios ou detentores de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, do Prefeito Municipal, do Secretário Municipal de Administração, do Agente de Contratação ou dos membros da Equipe de Apoio;

2.2.6 - Sociedades estrangeiras que não funcionem no País.

2.3 - Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, considerando a natureza padronizada e fracionada do objeto (fornecimento descentralizado de refeições) e a suficiência do modelo de credenciamento e rodízio para atender à demanda de forma individualizada por cada credenciada, tornando o arranjo consorcial desnecessário e administrativamente oneroso.

2.4 - A simples submissão da documentação para fins de credenciamento na Plataforma Licitanet importa, para todos os efeitos legais, na aceitação integral, irretratável e incondicional, por parte da empresa interessada, de todas as normas, condições, diretrizes de prestação do serviço e exigências contidas neste Edital, no Termo de Referência e, sobretudo, na adesão inegociável à tabela de preços unitários previamente fixada pelo Município de Itanhomi-MG.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO (PLATAFORMA LICITANET)

3.1 - O procedimento de credenciamento será realizado de forma estritamente eletrônica, não sendo admitida a entrega de envelopes físicos. O envio da documentação ocorrerá exclusivamente por meio da plataforma LICITANET, acessível pelo endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>.

3.2 - O recebimento da documentação para fins de credenciamento ocorrerá em fluxo contínuo, permanecendo o sistema aberto para o protocolo de novas solicitações a partir das 00:00h do dia 11 de junho de 2026 até as 23:59h do dia 10 de junho de 2027.

3.3 - Para participar do certame e inserir seus documentos, a empresa interessada deverá estar previamente cadastrada na Plataforma Licitanet, providenciando as devidas credenciais de acesso (login e senha). O custo operacional para utilização da plataforma, caso existente, bem como o zelo pelo sigilo das senhas, constituem ônus e responsabilidade exclusiva do interessado.

3.4 - A PRIMEIRA CHAMADA para análise da documentação e formação do grupo inicial de fornecedores credenciados ocorrerá a partir das 08:00h do dia 25 de junho de 2026. Todas as empresas que submeterem os documentos exigidos na plataforma eletrônica até o horário de início desta sessão terão seus pleitos analisados conjuntamente pelo Agente de Contratação, compondo a ordem cronológica inaugural do certame.

3.5 - As solicitações de credenciamento inseridas no sistema após o horário estipulado para a Primeira Chamada serão recebidas e analisadas sob a sistemática de fluxo contínuo, respeitando a ordem cronológica de envio na plataforma ao longo de todo o período de vigência deste Edital, garantindo a natureza perene e plural da inexigibilidade.

3.6 - Os documentos exigidos para habilitação deverão ser digitalizados e anexados nos campos próprios da plataforma eletrônica preferencialmente em formato Portable Document Format (PDF). Os arquivos devem estar perfeitamente legíveis, livres de cortes, senhas de bloqueio ou corrupção de dados que inviabilizem a análise jurídica e técnica.

3.7 - O envio da documentação pela plataforma eletrônica implicará a declaração tácita de que os documentos inseridos são autênticos e correspondem à integralidade das exigências deste Edital. A falsificação de documentos ou a prestação de informações inverídicas sujeitará a empresa às sanções administrativas, civis e penais cabíveis, em especial a tipificação no crime de fraude à licitação.

3.8 - É dever indelegável da empresa interessada acompanhar diuturnamente as notificações, os avisos de diligência e as publicações emitidas pelo Agente de Contratação diretamente no painel de controle da Plataforma Licitanet ou no Portal da Transparência da Prefeitura. O Município de Itanhomi-MG não se responsabiliza por eventuais perdas de prazo decorrentes da desatenção do particular às mensagens eletrônicas do sistema.

4 - DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TÉCNICA)

4.1 - Para fins de credenciamento, as empresas interessadas deverão apresentar na Plataforma Licitanet, de forma digitalizada e legível, a documentação de habilitação relacionada a seguir, em conformidade com as exigências dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.



4.2 - Habilitação Jurídica:

4.2.1 - Cartão de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), que comprove o exercício de atividade compatível com o objeto deste credenciamento;

4.2.2 - Registro comercial, no caso de empresa individual; ou Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

4.2.3 - Documento de identidade (Documento oficial com foto) e CPF do representante legal que assinará os documentos do credenciamento;

4.2.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

4.3 - Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

4.3.1 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), expedida pela Receita Federal do Brasil;

4.3.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, expedida pelo órgão competente do Estado onde a empresa é sediada;

4.3.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, expedida pelo Município da sede da pessoa jurídica;

4.3.4 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal);

4.3.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

4.4 - Qualificação Técnica:

4.4.1 - Alvará de Localização e Funcionamento vigente, expedido pelo órgão municipal competente, pertinente ao ramo de atividade alimentícia;

4.4.2 - Alvará da Vigilância Sanitária (Alvará Sanitário) vigente, comprovando a aptidão higiênico-sanitária do estabelecimento para o fornecimento/manipulação de refeições preparadas;

4.4.3 - Em estrita consonância com as disposições do Termo de Referência, caso a empresa não possua sede ou filial instalada na cidade de Itanhomi-MG no momento do envio da documentação, os Alvarás exigidos nos subitens 4.4.1 e 4.4.2 deverão ser apresentados em relação à sua sede atual. Neste caso, a empresa deverá anexar, cumulativamente, uma Declaração Formal de Compromisso, atestando que disporá do posto de atendimento na sede de Itanhomi-MG e apresentará os respectivos Alvarás (Funcionamento e Sanitário) locais daquela instalação impreterivelmente até o início da execução do serviço (assinatura do Termo), sob pena de perda do direito à assinatura do Termo de Credenciamento, convocação do próximo interessado e aplicação das sanções cabíveis.

4.5 - Declarações Complementares Unificadas:

4.5.1 - A empresa deverá apresentar declaração subscrita por seu representante legal atestando:

a)- O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos);

b)- A inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação, conforme art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021;

c)- A ausência de enquadramento em quaisquer das vedações previstas no art. 14 da referida Lei (impedimentos legais, parentesco, etc.);

d)- A aceitação e adesão expressa e incondicional ao termo de referência, aos quantitativos, à sistemática de rodízio e à Tabela de Preços Unitários fixada pela Administração Municipal;

e)- O cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, caso aplicável ao porte da empresa.

4.6 - Os documentos exigidos deverão estar com o prazo de validade em vigor na data da sua submissão na Plataforma Licitanet. Caso algum documento não apresente prazo de validade expresso em seu corpo, ou o prazo não seja estipulado por lei específica, adotar-se-á como validade o prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

5 - DO PROCEDIMENTO DE ANÁLISE E CREDENCIAMENTO

5.1 - Após o envio dos documentos pela plataforma Licitanet, o Agente de Contratação, Sr. LAERTE MARTINS ALVES DE OLIVEIRA, procederá à análise da conformidade dos documentos exigidos no item 4 deste Edital, observado o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para a conclusão do exame e publicação da decisão.

5.2 - A análise obedecerá a dois momentos distintos, garantindo a celeridade e a continuidade do certame:

- a) **PRIMEIRA CHAMADA:** Referente às empresas que submeterem a documentação completa até as 07:59h do dia 25 de junho de 2026. A análise ocorrerá de forma conjunta, e o resultado será divulgado na Plataforma Licitanet, estabelecendo a ordem cronológica inaugural dos credenciados.
- b) **FLUXO CONTÍNUO:** Referente às solicitações enviadas após o marco da Primeira Chamada. Estas serão processadas sucessivamente, respeitando a ordem de protocolização no sistema, assegurando o ingresso de novos interessados durante todo o período de vigência deste Edital.

5.3 - Caso o Agente de Contratação identifique irregularidades sanáveis, omissões ou necessidade de complementação documental (como, por exemplo, a atualização de uma certidão vencida ou a apresentação de alvarás pendentes), será aberta diligência diretamente na Plataforma Licitanet.

5.3.1 - A empresa terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para sanear a pendência apontada.

5.3.2 - A não apresentação ou a apresentação incompleta dos documentos solicitados em sede de diligência, dentro do prazo assinalado, acarretará a inabilitação da empresa e o indeferimento do pedido de credenciamento.

5.4 - Finalizada a análise com a verificação de toda a documentação, o Agente de Contratação emitirá o parecer de habilitação, cujo resultado será publicado na Plataforma Licitanet e no Portal da Transparência do Município.

5.5 - Homologado o resultado, a empresa declarada habilitada será convocada, por meio da plataforma eletrônica, para a assinatura do Termo de Credenciamento, documento que formaliza a sua adesão irrestrita às condições fixadas pela Administração Municipal.

5.5.1 - Caso a empresa habilitada tenha se comprometido com a instalação de posto de atendimento local (conforme subitem 4.4.3), a assinatura do Termo de Credenciamento ficará condicionada à comprovação da instalação física e apresentação dos alvarás expedidos pelo Município de Itanhomi-MG.

5.6 - O credenciamento não gera direito subjetivo à contratação, configurando uma expectativa de direito, dado que a efetiva convocação para o fornecimento (emissão de requisições) dependerá da demanda da Administração e da aplicação do sistema de rodízio anual estabelecido neste Edital.

6 - DA DINÂMICA DE EXECUÇÃO E DO SISTEMA DE RODÍZIO ANUAL

6.1 - Uma vez formalizado o credenciamento e o termo de adesão, a execução do objeto ocorrerá sob demanda, estritamente mediante a apresentação da Requisição Física original (papel) pelo servidor municipal, conforme as diretrizes estabelecidas no Termo de Referência (Anexo II).

6.2 - Para assegurar a impessoalidade e a igualdade de oportunidades entre os credenciados, a distribuição da demanda será instrumentalizada através de um Sistema de Rodízio por Ciclos de Atendimento, pautado em critérios objetivos, operando sob as seguintes regras:

- a)-** O ciclo de rodízio terá duração anual (12 meses).
- b)-** Para cada lote, a execução do fornecimento será direcionada, em cada ciclo, a um limite máximo de 03 (três) estabelecimentos credenciados.
- c)-** O consumo das requisições será distribuído de forma equitativa entre os membros do grupo ativo daquele respectivo lote.
- d)-** A formação do grupo ativo de 03 (três) fornecedores obedecerá rigorosamente à ordem cronológica de deferimento do credenciamento.
- e)-** Caso o número de credenciados para um determinado lote supere o limite de 03 (três) empresas, os excedentes integrarão uma fila de espera sequencial. Estes aguardarão o término do ciclo anual vigente para assumirem, na ordem, a execução no ciclo subsequente.

f)- Caso o número de empresas habilitadas em determinado lote seja inferior a 03 (três), a demanda será fracionada igualmente entre todos os credenciados disponíveis, garantindo o abastecimento ininterrupto dos serviços.

6.2.1 - O limite de três fornecedores simultâneos decorre da capacidade operacional de fiscalização da Administração e da necessidade de garantir volume mínimo economicamente viável para cada credenciado ativo durante o ciclo.

6.3 - O sistema de rodízio visa garantir que todos os credenciados tenham oportunidade real de fornecimento, evitando a concentração indevida de demanda e protegendo o erário através da ampla concorrência técnica e da aderência à tabela de preços fixados pela Administração.

6.4 - O Gestor do Contrato, designado pela autoridade competente, será o responsável pela operacionalização do rodízio, mantendo o controle atualizado das empresas ativas e daquelas em fila de espera. As alterações na composição dos grupos ativos ao final de cada ciclo anual serão publicadas na Plataforma Licitanet e no Portal da Transparência, garantindo a transparência do procedimento.

6.5 - O atendimento nas dependências da credenciada deverá ocorrer rigorosamente no horário comercial de costume, sendo vedado o estabelecimento de qualquer tipo de restrição que inviabilize o pronto atendimento aos servidores, sob pena de notificação e, na reincidência, instauração de processo administrativo visando ao descredenciamento, assegurados o contraditório e a ampla defesa, podendo ser adotadas medidas cautelares quando houver risco à saúde pública.

7 - DA TABELA DE PREÇOS E DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - A remuneração das empresas credenciadas será efetuada estritamente com base na Tabela de Preços Unitários definida no Anexo II (item 1.2 do Termo de Referência) deste Edital. Os referidos valores são obrigatórios e inegociáveis para todos os credenciados, visando assegurar a isonomia, a impessoalidade e a proteção ao erário.

7.2 - O valor global estimado para a presente contratação, que serve como teto orçamentário para o exercício, perfaz o montante de **R\$ 418.710,00 (quatrocentos e dezoito mil, setecentos e dez reais)**, conforme detalhamento quantitativo e estimativo constante no ANEXO II (Termo de Referência).

7.3 - A Administração Municipal declara a existência de dotação orçamentária própria para fazer face às despesas decorrentes da execução do objeto, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.983/2025 (LOA), sob os seguintes códigos:

- a)- Ficha 53: 02.01.01.04.122.0001.2007.3.3.90.30.00 - Fonte 1.500.000.0000;**
- b)- Ficha 71: 02.03.01.04.122.0003.2010.3.3.90.30.00 - Fonte 1.500.000.0000;**
- c)- Ficha 82: 02.03.01.05.182.0004.2015.3.3.90.30.00 - Fonte 1.500.000.0000;**
- d)- Ficha 84: 02.03.01.06.181.0004.2012.3.3.90.30.00 - Fonte 1.500.000.0000;**
- e)- Ficha 87: 02.03.01.06.181.0004.2044.3.3.90.30.00 - Fonte 1.500.000.0000;**
- f)- Ficha 98: 02.04.01.04.123.0007.2016.3.3.90.30.00 - Fonte 1.500.000.0000;**
- g)- Ficha 117: 02.05.01.12.122.0008.2019.3.3.90.30.00 - Fonte 1.500.000.0000;**
- h)- Ficha 181: 02.06.01.10.122.0015.2034.3.3.90.30.00 - Fonte 1.500.000.0000;**
- i)- Ficha 247: 02.07.01.04.122.0020.2046.3.3.90.30.00 - Fonte 1.500.000.0000;**
- j) - Ficha 263: 02.07.01.15.452.0020.2047.3.3.90.30.00 - Fonte 1.500.000.0000;**
- k) - Ficha 266: 2.07.01.15.452.0020.2049.3.3.90.30.00 - Fonte 1.500.000.0000;**
- l) - Ficha 281: 02.07.01.26.782.0020.2050.3.3.90.30.00 - Fonte 1.500.000.0000;**
- m) - Ficha 290: 02.08.01.20.606.0029.2051.3.3.90.30.00 - Fonte 1.500.000.0000;**
- n) - Ficha 301: 02.09.01.08.122.0017.2052.3.3.90.30.00 - Fonte 1.500.000.0000;**
- o) - Ficha 307: 02.09.01.08.243.0017.2084.3.3.90.30.00 - Fonte 1.500.000.0000;**
- p) - Ficha 344: 02.11.01.18.122.0023.2058.3.3.90.30.0 - Fonte 1.500.000.0000;**
- q) - Ficha 363: 02.12.01.13.122.0013.2074.3.3.90.30.00 - Fichas 1.500.000.0000;**

r) - Ficha 387: 02.13.01.27.122.0014.2013.3.3.90.30.00 - Ficha 1.500.000.0000;

s) - Ficha 394: 02.13.01.27.812.0014.2057.3.3.90.30.00 - Ficha 1.500.000.0000.

7.4 - O repasse financeiro será realizado exclusivamente pelo fornecimento efetivo do objeto, mediante a apresentação das requisições físicas originais devidamente atestadas, sendo terminantemente vedada a cobrança de taxas de reserva, exclusividade ou pagamentos por estimativas não realizadas.

7.5 - Os preços unitários estabelecidos no ANEXO II são fixos durante o período de vigência de 12 (doze) meses, ressalvada a possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro mediante comprovação documental de fato superveniente que altere o custo dos insumos, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021.

8 - DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1 - A medição dos serviços prestados será efetuada com periodicidade mensal. Ao final de cada mês civil, a empresa credenciada deverá emitir a Nota Fiscal correspondente ao quantitativo de refeições fornecidas, devidamente acompanhada do lote de requisições físicas originais, emitidas pelo Município e retidas no ato do atendimento.

8.2 - As requisições originais constituem prova material indispensável da prestação do serviço. A ausência de qualquer das requisições relativas aos quantitativos faturados impedirá o ateste da fatura, impossibilitando a liquidação da despesa até que a pendência seja sanada.

8.3 - O recebimento do objeto dar-se-á exclusivamente de forma definitiva, com fulcro no art. 41, § 1º, do Decreto Municipal nº 055/2023, sendo dispensada a etapa de recebimento provisório em virtude da natureza de fornecimento de alimentação preparada. O ateste será materializado mediante assinatura do Fiscal do Contrato na Nota Fiscal, certificando a conformidade entre os valores faturados, as quantidades de requisições anexadas e a regularidade das especificações técnicas.

8.4 - O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG no prazo de até 30 (trinta) dias contados da liquidação da despesa e do recebimento definitivo da documentação fiscal regularmente atestada, mediante crédito em conta bancária de titularidade da pessoa jurídica credenciada.

8.5 - A liberação do pagamento mensal ficará estritamente condicionada à manutenção, por parte da contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento do credenciamento. A empresa deverá apresentar, a cada faturamento, certidões atualizadas de regularidade fiscal e trabalhista (Federal, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT).

8.6 - A constatação de qualquer irregularidade fiscal ensejará a retenção cautelar do pagamento até a devida regularização pela empresa, sem que caiba a incidência de juros, multas ou correção monetária contra a Administração Pública por este atraso motivado pela contratada.

9 - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO E DA CREDENCIADA

9.1 - São obrigações da empresa credenciada:

9.1.1 - Fornecer as refeições em rigorosa conformidade com as especificações técnicas, quantitativas e de qualidade estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência;

9.1.2 - Observar e cumprir integralmente as normas de vigilância sanitária vigentes (notadamente a RDC nº 275/2002/ANVISA e legislações correlatas), garantindo a integridade, a temperatura adequada e a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos preparados;

9.1.3 - Manter suas instalações físicas, equipamentos e utensílios em perfeitas condições de higiene, limpeza e organização, disponibilizando-os para inspeções e fiscalizações da Administração Municipal ou da Vigilância Sanitária a qualquer momento;

9.1.4 - Responsabilizar-se por todo o pessoal envolvido na prestação do serviço, assumindo integral responsabilidade trabalhista, previdenciária, fiscal e acidentária, não havendo qualquer vínculo empregatício entre os seus prepostos e o Município de Itanhomi-MG;

9.1.5 - Aceitar, dentro das normas e rotinas estabelecidas, o sistema de requisições físicas para a entrega dos alimentos, garantindo que o atendimento ocorra sem embaraços ou discriminações aos servidores públicos;

9.1.6 - Manter a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante toda a execução do contrato, apresentando os documentos comprobatórios sempre que solicitado pelo Gestor do Contrato.



9.2 - São obrigações da Administração Municipal:

9.2.1 - Exercer a fiscalização sobre a execução do objeto, por intermédio do Gestor do Contrato e dos Fiscais designados, acompanhando o cumprimento das obrigações assumidas pela credenciada;

9.2.2 - Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários à correta execução do objeto, bem como disponibilizar os modelos de requisições oficiais para o atendimento;

9.2.3 - Efetuar o pagamento das faturas nos prazos estipulados, após o devido ateste de conformidade e a entrega da documentação fiscal e comprobatória completa;

9.2.4 - Notificar a credenciada sobre quaisquer falhas ou irregularidades constatadas na prestação do serviço, garantindo o contraditório e a ampla defesa antes da aplicação de sanções;

9.2.5 - Zelar pela transparência e isonomia na distribuição das demandas entre os credenciados, observando rigorosamente o sistema de rodízio anual estabelecido neste Edital.

10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela credenciada, bem como a inexecução do fornecimento em desconformidade com os padrões de qualidade, higiene, temperatura e gramatura exigidos neste Edital e no Termo de Referência, caracterizarão infração administrativa.

10.2 - A empresa infratora estará sujeita às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal cabível, observado o devido processo legal e garantidos o contraditório e a ampla defesa.

10.3 - Conforme a natureza e gravidade da infração, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

10.3.1 - Advertência aplicável a faltas leves, que não acarretem prejuízo financeiro, logístico ou risco à saúde pública, servindo como alerta para a correção imediata da conduta;

10.3.2 - Multa moratória de 0,5% por dia de atraso, limitada a 10% do valor da obrigação inadimplida, e multa compensatória de até 20% do valor estimado da contratação, conforme a gravidade da infração.

10.3.3 - Impedimento de licitar e contratar: sanção que veda a participação em certames e a contratação com a Administração Pública Direta e Indireta do ente federativo, pelo prazo de até 3 (três) anos;

10.3.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar: aplicável em casos de gravidade extrema, impedindo a credenciada de transacionar com toda a Administração Pública (Direta e Indireta de todos os entes federativos) até que seja promovida sua reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

10.4 - O trâmite para apuração de infrações e aplicação de sanções obedecerá ao comando do art. 42 do Decreto Municipal nº 055/2023. A competência para a aplicação das penalidades recairá sobre o Secretário Municipal da pasta interessada, mediante representação fundamentada do Gestor do Contrato ou da Equipe de Fiscalização.

10.5 - A imposição de qualquer sanção será balizada pelo Princípio da Proporcionalidade, devendo a autoridade competente ponderar a natureza e a gravidade da falta, a extensão do dano gerado ao erário, a reincidência e as peculiaridades do caso concreto.

10.6 - Na hipótese de descumprimento de normas sanitárias (ex: RDC Nº 275/2002/ANVISA) que coloque em risco a saúde física dos servidores, ou na recusa contumaz no atendimento das requisições, a Administração reserva-se o direito de proceder instauração de processo administrativo visando ao descredenciamento, assegurados o contraditório e a ampla defesa, podendo ser adotadas medidas cautelares quando houver risco à saúde pública, sem prejuízo da aplicação cumulativa de multa pecuniária.

11 - DOS ESCLARECIMENTOS, DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS

11.1 - Qualquer pessoa física ou jurídica poderá solicitar esclarecimentos sobre as disposições deste Edital ou de seus anexos. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Agente de Contratação, por escrito, até 03 (três) dias úteis antes da data de início da sessão de credenciamento, preferencialmente por meio da plataforma Licitanet ou, subsidiariamente, através do e-mail oficial itanhomiprefeitura@gmail.com.

11.2 - Impugnações ao Edital de Chamamento Público poderão ser apresentadas por qualquer interessado até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública de credenciamento (Primeira Chamada). A petição deverá ser instruída com a fundamentação legal e fática que justifique a contestação, protocolada exclusivamente via plataforma Licitanet.

11.2.1 - O Agente de Contratação terá o prazo de 03 (três) dias úteis para responder às solicitações de esclarecimentos e decidir sobre as impugnações apresentadas.

11.3 - Dos atos decisórios proferidos pelo Agente de Contratação, notadamente aqueles que importem em inabilitação ou indeferimento do credenciamento, caberá recurso administrativo, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da intimação ou da lavratura da respectiva ata, conforme preceitua o art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.4 - O recurso deverá ser dirigido à autoridade superior, por intermédio do Agente de Contratação, sendo protocolado eletronicamente na Plataforma Licitanet. O recurso terá efeito suspensivo apenas quanto à decisão recorrida, não obstando o prosseguimento do credenciamento das demais empresas cujos pleitos não tenham sido objeto de contestação.

11.5 - Acolhida a impugnação ou o recurso, a Administração promoverá as devidas retificações no Edital ou no ato impugnado, com a republicação do instrumento convocatório ou a reabertura de prazo, caso a alteração afete a formulação da documentação ou as condições de habilitação dos interessados.

11.6 - A ausência de manifestação tempestiva do interessado importará em preclusão do direito de recorrer ou impugnar o certame, operando-se a aceitação tácita de todas as condições estipuladas por este Edital.

12 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - O presente Edital e o procedimento de credenciamento dele decorrente poderão ser revogados por razões de interesse público, ou anulados, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, sem que caiba aos interessados ou credenciados qualquer direito a indenização ou reparação, ressalvados os direitos adquiridos por serviços efetivamente prestados.

12.2 - A Administração Pública Municipal, por intermédio do Agente de Contratação e do Gestor do Contrato, reserva-se o direito de dirimir dúvidas e resolver os casos omissos, pautando-se estritamente pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021, pela jurisprudência dos Tribunais de Contas e pelos princípios que regem a Administração Pública.

12.3 - O tratamento de dados pessoais fornecidos pelas empresas, quando necessário para a execução do objeto e cumprimento de obrigações legais, observará as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados

(Lei Federal nº 13.709/2018), garantindo-se a confidencialidade e a utilização restrita aos fins da gestão contratual e transparência pública.

12.4 - Quaisquer dúvidas, dificuldades operacionais ou solicitações de esclarecimentos referentes exclusivamente às funcionalidades, ferramentas ou acessos da Plataforma LICITANET (licitanet.com.br) deverão ser sanadas diretamente pelos canais de atendimento e suporte técnico da própria plataforma, não competindo ao Município a resolução de problemas de natureza técnica do sistema.

12.5 - Fica eleito o foro da Comarca de Itanhomi/MG, observadas as competências legais e constitucionais aplicáveis à Administração Pública, para dirimir quaisquer litígios, dúvidas ou controvérsias decorrentes deste Edital e dos Termos de Credenciamento dele advindos, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

12.6 - O presente Edital, após publicado, torna-se vinculante para a Administração e para todas as empresas credenciadas, sendo parte integrante e inseparável de todos os Termos de Credenciamento que venham a ser firmados durante sua vigência.

12.7 - Integram este Edital, para todos os fins de direito, os seguintes Anexos:

- **Anexo I** - Estudo Técnico Preliminar – ETP;
- **Anexo II** - Termo de Referência (com a Tabela de Preços Unitários);
- **Anexo III** - Modelo de Declaração Unificada;
- **Anexo IV** - Modelo de pedido de credenciamento;
- **Anexo V** - Modelo de declaração formal de compromisso (referente ao item 4.4.3);
- **Anexo VI** - Minuta do Termo de Credenciamento.

Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG, 08 de junho de 2026.

LAERTE MARTINS ALVES DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1 - O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por escopo demonstrar e fundamentar a necessidade contínua de contratação de pessoas jurídicas para o fornecimento de alimentação preparada (refeições tipo *Self Service*, *Marmitex* e *Prato Feito*), visando atender às demandas de todos os setores e secretarias da Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG.

1.2 - O público-alvo prioritário desta contratação abrange servidores submetidos a condições e jornadas de trabalho que inviabilizam o retorno às suas residências ou a um ponto central de apoio para as refeições. Destacam-se, neste espectro, os operários alocados em obras públicas, as equipes que atuam na manutenção e frentes de trabalho na zona rural, bem como os servidores em regime de plantão contínuo (como na área da saúde ou segurança) e outras situações imprevistas ou de emergência que exijam a pronta resposta da Administração.

1.3 - Sob a ótica jurídica e administrativa, a provisão de alimentação adequada aos servidores em serviço externo, rural ou em plantão encontra respaldo direto no Princípio da Eficiência e no Princípio da Continuidade do Serviço Público, esculpidos no *caput* do art. 37 da Constituição Federal de 1988. A garantia de nutrição e de condições dignas de trabalho é pressuposto básico para a manutenção da integridade física, saúde e produtividade do servidor, evitando a paralisação de frentes de trabalho essenciais (como maquinário parado ou obras suspensas) pelo tempo de deslocamento que seria necessário caso o servidor tivesse que buscar alimentação por meios próprios.

1.4 - Ademais, a necessidade de terceirização do fornecimento justifica-se pela atual inviabilidade técnica e econômica de a Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG manter e operar uma estrutura própria de refeitório central ou cozinhas industriais descentralizadas. A montagem de tal estrutura exigiria o aparelhamento de cozinhas, contratação de nutricionistas, cozinheiros e auxiliares, além do custeio logístico de insumos e o rigoroso controle contínuo das Boas Práticas de Fabricação (Resolução – RDC Nº 275/2002 da ANVISA). Sendo assim, a delegação desse fornecimento à iniciativa privada, por meio do formato de credenciamento, revela-se a solução mais vantajosa, econômica e alinhada à modernização da gestão pública.

2 - DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

2.1 - O art. 18, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 preconiza que o Estudo Técnico Preliminar (ETP) deve evidenciar o alinhamento da contratação pretendida com o Plano de Contratações Anual (PCA). Contudo, no presente caso, justifica-se a ausência de inclusão desta demanda em um PCA em virtude de o Município de Itanhomi-MG ainda não possuir tal instrumento consolidado, encontrando-se em fase de maturação, estruturação e regulamentação interna para a efetiva implementação dessa ferramenta de governança em todas as suas secretarias.

2.2 - Não obstante a ausência circunstancial do Plano de Contratações Anual, a contratação em tela alinha-se de forma robusta ao planejamento estratégico, econômico e financeiro da Administração Pública Municipal. A despesa almejada encontra-se devidamente prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente, estando em estrita consonância com as metas e prioridades fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

2.3 - Este alinhamento orçamentário prévio é fundamental para assegurar o rigoroso cumprimento do art. 16, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF). A existência de dotação orçamentária específica na LOA atesta que a assunção da despesa é adequada e compatível com as premissas fiscais do Município, garantindo que a Secretaria Municipal de Administração dispõe de lastro financeiro planejado para suportar o credenciamento e o consequente fornecimento de refeições ao longo do exercício.

3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 - A prestação dos serviços deverá seguir rigorosamente as boas práticas de fabricação e os procedimentos operacionais padronizados estabelecidos na Resolução – RDC Nº 275/2002 da ANVISA. A observância às normativas sanitárias é requisito indispensável para garantir a inocuidade dos alimentos, mitigando riscos de contaminação e garantindo a saúde ocupacional dos servidores do Município de Itanhomi-MG.

3.2 - Para a execução do Lote 1 (Refeição Self Service), a contratada deverá fornecer a refeição contendo uma estrutura mínima de cardápio composta por arroz, feijão, macarrão, saladas, verduras, ovos e 02

(dois) tipos de carne, sendo uma branca e uma vermelha. As refeições deverão ser servidas em horário comercial de costume. O fornecedor deverá disponibilizar local adequado, apropriado, higienizado, com cobertura e climatizado nas suas próprias dependências. Adicionalmente, o ambiente deve conter acomodações adequadas, incluindo mesas, cadeiras e talheres.

3.3 - No que tange aos Lotes 2 (Marmitex Grande) e 3 (Marmitex Médio), os alimentos deverão ser acondicionados em embalagens descartáveis aluminizadas taradas do tipo marmitex, ou material isolante térmico equivalente. O Lote 2 exige um peso mínimo de 920 gramas e máximo de 01 (um) kg de alimentos. Por sua vez, o Lote 3 demanda peso mínimo de 720 gramas e máximo de 800 gramas. Ambos os lotes devem respeitar uma estrutura de cardápio contendo duas saladas, um prato principal (carne bovina, suína ou frango), uma guarnição (massas ou legumes/tubérculos), arroz e feijão, observando rigorosamente as gramaturas de porção estipuladas nas especificações técnicas.

3.4 - Para o Lote 4 (Prato Feito - PF), a composição do cardápio e as gramaturas seguem as mesmas exigências do Marmitex Grande. Contudo, as refeições devem ser servidas especificamente em pratos fundos tipo duralex. Semelhante ao Lote 1, o fornecimento do Lote 4 ocorrerá no estabelecimento do fornecedor, que deverá prover infraestrutura climatizada, higienizada, coberta e equipada com mesas, cadeiras e talheres.

3.5 - Quanto à logística e fruição dos serviços, a liberação das refeições (tanto para consumo local quanto para retirada de marmitex) estará condicionada à apresentação prévia, pelo servidor, de requisição física em papel emitida pelo Setor de Compras. Fica estabelecida também a possibilidade de as autorizações serem emitidas e assinadas pelos Secretários Municipais ou chefes de cada setor demandante, garantindo descentralização, controle rigoroso e lastro documental para o faturamento posterior. No caso dos marmitex, os próprios servidores se deslocarão ao estabelecimento credenciado para efetuar a retirada, mediante a entrega da referida requisição.

4 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

4.1 - Em obediência ao inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, o quantitativo estimado para esta contratação foi dimensionado a partir de um levantamento técnico pormenorizado. A metodologia de cálculo adotada considerou como base primordial o histórico de consumo registrado em contratações e exercícios anteriores.

4.2 - Adicionalmente, a estimativa englobou a análise do quantitativo de funcionários que utilizam o serviço de forma recorrente em suas frentes de trabalho (obras, zona rural, plantões). De forma prudencial, e em atenção ao princípio do planejamento, os quantitativos globais preveem uma margem de segurança técnica. A fixação desta margem visa salvaguardar a Administração Pública contra eventuais picos de demanda imprevisíveis, tais como mutirões de obras, ações emergenciais, campanhas de saúde ou intempéries que demandem esforço concentrado dos servidores, assegurando a ininterrupta prestação dos serviços públicos sem o risco de exaurimento precoce do saldo contratual.

4.3 - Consolidando a memória de cálculo e as premissas supracitadas, o volume total estimado para suprir as necessidades de todos os setores da Administração Municipal foi estruturado da seguinte maneira:

- Para o Lote 1 (Refeição Self Service), a quantidade estimada é de 2.000 KG.
- Para o Lote 2 (Refeição Marmitex Tamanho Grande), a quantidade estimada é de 6.000 UN.
- Para o Lote 3 (Refeição Marmitex Tamanho Médio), a quantidade estimada é de 3.000 UN.
- Para o Lote 4 (Prato Feito - PF), a quantidade estimada é de 2.000 UN.

4.4 - A diversificação na unidade de medida (quilos para o Lote 1 e unidades para os demais) e a gradação dos tamanhos refletem a racionalidade da estimativa, permitindo que cada secretaria empenhe exatamente o volume adequado à natureza do serviço prestado pelo servidor, evitando desperdício de recursos e garantindo a vantajosidade econômica para o Município.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA MODALIDADE

5.1 - O levantamento de mercado evidenciou a existência de diversos estabelecimentos comerciais do ramo alimentício no âmbito do Município de Itanhomi-MG aptos a fornecer os serviços pretendidos. Contudo, a análise técnica conclui que a realização de um certame licitatório tradicional com disputa de preços resultaria na adjudicação do objeto a um único fornecedor exclusivo. Essa concentração criaria potenciais gargalos logísticos no atendimento de servidores, aumentaria o risco de desabastecimento em caso de falha operacional e restringiria a capacidade da Administração em atender frentes de trabalho geograficamente dispersas, inviabilizando a eficiência na retirada *in loco* dos marmitex.

5.2 - Diante deste cenário, a alternativa que se demonstra juridicamente correta e administrativamente mais vantajosa é o Credenciamento, caracterizado como hipótese de Inexigibilidade de Licitação, com fundamento expresso no art. 74, inciso IV, c/c o art. 79, *caput*, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.3 - A inexigibilidade em tela consubstancia-se na inviabilidade fática de competição, uma vez que a Administração não almeja excluir interessados em prol de uma única proposta vencedora, mas sim arregimentar uma pluralidade de prestadores. Para garantir a lisura e a natureza do procedimento, o edital de credenciamento manter-se-á permanentemente aberto, permitindo o ingresso de qualquer fornecedor que preencha os requisitos de habilitação técnica, jurídica e fiscal durante toda a sua vigência, assegurando tratamento isonômico ao mercado local.

5.4 - Nos termos do parágrafo único, inciso I, do art. 79 da Lei nº 14.133/2021, a distribuição da demanda não ocorrerá de forma simultânea entre todos os credenciados, mas sim através de um Sistema de Rodízio por Ciclos de Atendimento. A execução de cada lote será direcionada a 03 (três) estabelecimentos credenciados simultaneamente a cada ciclo, com a demanda dividida em partes iguais entre o grupo, visando garantir a viabilidade operacional de fiscalização pela Secretaria Municipal de Administração.

5.5 - Para preservar o Princípio da Impessoalidade e afastar qualquer margem de discricionariedade subjetiva, a ordem de ingresso no rodízio será estabelecida rigorosamente pela ordem cronológica de deferimento do credenciamento. Os demais credenciados que excederem o limite de 03 (três) prestadores simultâneos comporão a fila sequencial obrigatória, assumindo o fornecimento nos ciclos subsequentes, assegurando a pulverização justa dos recursos e a transparência do processo.

5.6 - Na eventualidade de o número de credenciados para determinado lote ser inferior ao limite de 03 (três) estabelecimentos fixados para o rodízio, a demanda total do referido lote será distribuída em partes iguais entre os prestadores devidamente habilitados e ativos no momento (sejam dois ou apenas um). Tal diretriz fundamenta-se no Princípio da Continuidade do Serviço Público, garantindo o abastecimento ininterrupto da Administração até que novos interessados ingressem no certame, haja vista a manutenção do edital em caráter permanentemente aberto.

6 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Em observância ao inciso V do § 1º do art. 18 e ao inciso II do parágrafo único do art. 79, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, cumpre à Administração Pública fixar previamente o valor a ser pago aos futuros credenciados. Em procedimentos de credenciamento por inexigibilidade, a precificação não decorre de disputa de lances entre os interessados, mas sim da adesão obrigatória e incondicional dos fornecedores à tabela de preços preestabelecida pelo Município, garantindo o tratamento isonômico a todos os prestadores.

6.2 - Para a definição de uma tabela de preços justa, exequível e condizente com a realidade mercadológica, a pesquisa de preços foi realizada mediante consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em estrita obediência à diretriz primária fixada pelo art. 23, § 1º, inciso I, da Nova Lei de Licitações. A utilização da base de dados do PNCP assegura a parametrização dos custos apoiada em contratações similares firmadas por outros entes da Administração Pública, cancelando a economicidade da despesa e mitigando o risco de sobrepreço.

6.3 - Com fulcro na referida pesquisa de mercado, consolidou-se o valor total estimado da contratação em **R\$ 418.710,00**, montante que servirá como teto orçamentário global para o certame. A decomposição desse valor e a respectiva tabela de preços fixados por lote apresentam-se da seguinte forma:

- Para o Lote 1 (Refeição Self Service), estimou-se 2.000 KG ao preço unitário fixado de R\$ 48,88, perfazendo o total de R\$ 97.760,00.
- Para o Lote 2 (Refeição Marmitex Tamanho Grande), estimou-se 6.000 UN ao preço unitário fixado de R\$ 30,58, perfazendo o total de R\$ 183.480,00.
- Para o Lote 3 (Refeição Marmitex Tamanho Médio), estimou-se 3.000 UN ao preço unitário fixado de R\$ 25,35, perfazendo o total de R\$ 76.050,00.
- Para o Lote 4 (Prato Feito - PF), estimou-se 2.000 UN ao preço unitário fixado de R\$ 30,71, perfazendo o total de R\$ 61.420,00.

6.4 - A materialização destes valores corrobora a compatibilidade financeira da solução escolhida com a capacidade de pagamento do Município de Itanhomi-MG. O repasse financeiro aos credenciados obedecerá rigorosamente ao quantitativo efetivamente consumido mediante a apresentação das requisições autorizadas pelo Setor de Compras, preservando o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos ao longo de sua vigência.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1 - A solução pretendida consubstancia-se na prestação de serviços de preparo e fornecimento de refeições (Self Service, Marmitex e Prato Feito) aos servidores municipais, por meio de estabelecimentos credenciados, operando sob o regime de inexigibilidade de licitação e com pagamento condicionado à tabela de preços fixada previamente pela Administração Pública.

7.2 - O ciclo de vida da prestação do serviço fundamenta-se em uma cadeia de controle rigorosa. O fluxo operacional inicia-se com a identificação da necessidade de fornecimento de alimentação por parte dos Secretários Municipais ou chefes de cada setor demandante, que solicitarão ou emitirão, através do Setor de Compras, uma requisição física (em papel) autorizativa. De posse deste documento impresso, o servidor é habilitado a se dirigir ao estabelecimento do credenciado que estiver ativo na respectiva ordem de rodízio do lote.

7.3 - Sob o prisma jurídico e financeiro, esta sistemática de uso restrito mediante apresentação de requisição nominal e física atende aos ditames dos arts. 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/1964. O documento servirá como peça fundamental para a comprovação da entrega do material/prestação do serviço, instrumentalizando a correta fase de liquidação da despesa pública antes do consequente pagamento.

7.4 - No que tange à logística e à infraestrutura de atendimento para as refeições cujo consumo dar-se-á *in loco* (Lote 1 - Self Service e Lote 4 - Prato Feito), a solução exige que o credenciado disponibilize ambiente adequado em suas próprias dependências. O local de fruição deve ser permanentemente higienizado, provido de cobertura, climatizado e equipado com acomodações ergonômicas (mesas e cadeiras), além de o fornecedor arcar com a disponibilização de todos os talheres. Especificamente para o Lote 4, as refeições devem ser servidas em pratos fundos tipo duralex. O atendimento ocorrerá no horário comercial de costume.

7.5 - Para a logística dos Lotes 2 e 3 (Marmitex Grande e Médio), a dinâmica da solução dispensa o consumo no local, focando na celeridade. Os alimentos deverão ser obrigatoriamente acondicionados em embalagens descartáveis aluminizadas taradas do “tipo marmitex”. O fornecimento concretiza-se com a retirada da refeição pelo próprio servidor no balcão do estabelecimento credenciado, mediante entrega da requisição autorizativa, viabilizando o rápido retorno do trabalhador às obras ou frentes de trabalho na zona rural.

7.6 - A consolidação do ciclo operacional encerra-se com o faturamento periódico. Os credenciados apresentarão suas respectivas Notas Fiscais, as quais deverão, de forma indissociável, ser acompanhadas do lote de requisições físicas originais consumidas e retidas no período. O cruzamento destes dados pelo fiscal do contrato cancelará a transparência da execução, resguardando o Município de Itanhomi-MG contra faturamentos indevidos ou consumos não autorizados.

8 - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

8.1 - O parcelamento do objeto consubstancia-se como diretriz impositiva nas contratações públicas, conforme preceituam o art. 40, § 2º, e o art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo ser adotado sempre que se demonstrar técnica e economicamente viável. A referida norma impõe o fracionamento visando propiciar a máxima ampliação da concorrência e a capilaridade da prestação do serviço, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou perda de economia de escala.

8.2 - No presente estudo, a divisão do objeto em 04 (quatro) lotes distintos justifica-se de forma técnica pela natureza e pela logística de execução variada inerente a cada formato de refeição. Os Lotes 1 (Self Service) e 4 (Prato Feito) demandam que o credenciado possua infraestrutura física robusta para a permanência dos servidores e consumo no próprio local, englobando obrigatoriamente ambiente climatizado, higienizado, provido de cobertura e com acomodações de mesas e cadeiras. Em contrapartida, os Lotes 2 e 3 (Marmitex Grande e Médio) exigem apenas a capacidade técnica de preparo e acondicionamento das porções em embalagens térmicas descartáveis adequadas para a preservação da temperatura e integridade dos alimentos (tais como recipientes de alumínio, isopor ou material isotérmico similar), dispensando a exigência de refeitório no estabelecimento.

8.3 - Agrupar todas essas demandas em um lote único e indivisível configuraria uma restrição indevida à participação de interessados, viciando a isonomia que deve pautar o credenciamento. A modelagem em lotes independentes assegura que estabelecimentos comerciais de menor porte, que porventura operem exclusivamente no formato de balcão de entregas e não possuam refeitório amplo, possam se credenciar de forma plena para o fornecimento dos Lotes 2 e 3, ampliando consideravelmente o leque de opções da Administração.

8.4 - Sob o aspecto socioeconômico e jurídico, o parcelamento atende de forma estrita aos ditames da Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto da Micro e Pequena Empresa) e consolida o princípio do fomento ao desenvolvimento nacional sustentável (art. 5º da Lei nº 14.133/2021). A possibilidade de o mercado aderir a lotes específicos democratiza o acesso de pequenos empreendedores locais aos recursos públicos do Município de Itanhomi-MG, fomentando a pluralidade de contratações e fortalecendo a economia regional de maneira descentralizada.

8.5 - Em relação à logística de prestação do serviço, demonstra-se tecnicamente inviável que o fornecimento destas refeições exija o deslocamento dos servidores para fora dos limites territoriais da sede do município de Itanhomi-MG. O tempo de trânsito intermunicipal comprometeria a temperatura e a integridade dos alimentos, além de inviabilizar o retorno tempestivo do servidor à sua frente de trabalho. Destarte, sem configurar restrição indevida à competitividade e em sintonia com a jurisprudência pacificada do Tribunal de Contas da União (Súmula 272/TCU), o certame será aberto a quaisquer interessados, exigindo-se, contudo, que as credenciadas disponham e comprovem a instalação de um posto de atendimento localizado na sede do município de Itanhomi-MG, apto e equipado conforme os requisitos do respectivo lote, até o momento do início da execução contratual, garantindo assim a eficiência operacional da prestação.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1 - Em estrita observância ao art. 18, § 1º, inciso IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, a presente contratação almeja alcançar resultados concretos nas esferas operacional, econômica e socioeconômica, materializando o Princípio da Eficiência insculpido no *caput* do art. 37 da Constituição Federal.

9.2 - No âmbito operacional, o principal resultado pretendido é a garantia da continuidade do serviço público. Ao descentralizar o fornecimento de refeições por meio de múltiplos estabelecimentos credenciados, o Município assegura que os servidores lotados em frentes de obras, manutenção em zonas rurais, plantões ou situações de emergência tenham acesso ininterrupto à alimentação adequada. Este arranjo mitiga drasticamente o risco de paralisação de maquinários e equipes, eliminando o tempo ocioso que seria gasto com deslocamentos inviáveis caso a Administração não provesse esse suporte logístico. Ademais, afasta-se a necessidade de o ente público gerenciar a complexa operação de cozinhas industriais próprias, otimizando o emprego da força de trabalho dos servidores da área meio.

9.3 - Sob a ótica econômica e financeira, a adoção do credenciamento com tabela de preços previamente fixada com base no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) consagra a segurança orçamentária e a economicidade. O resultado direto é a eliminação do risco de sobrepreço e a garantia de que os cofres públicos arcarão estritamente com o consumo efetivo, parametrizado pelas requisições devidamente emitidas e liquidadas. Evita-se, assim, a ociosidade de insumos ou o pagamento por estimativas não realizadas, mantendo o estrito equilíbrio das contas municipais.

9.4 - No aspecto socioeconômico e mercadológico, a modelagem desta contratação, pautada na inexigibilidade aberta e no parcelamento em lotes para refeições e marmitex, produzirá um impacto direto no fomento à economia local. O resultado esperado é a pulverização dos recursos públicos entre diversos micro e pequenos empreendedores do setor alimentício de Itanhomi-MG. Essa dinâmica materializa o princípio do desenvolvimento nacional sustentável (art. 5º da Lei nº 14.133/2021) e cumpre as diretrizes da Lei Complementar nº 123/2006, transformando o poder de compra da Prefeitura em uma ferramenta legítima de distribuição de renda e manutenção de empregos na municipalidade.

10 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

10.1 - Para a esmerada execução e gestão deste Credenciamento, caberá à Secretaria Municipal de Administração adotar providências estruturais prévias e contínuas. A primeira medida essencial é a designação formal, do Fiscal e do Gestor do Contrato, em estrita observância ao princípio da segregação de funções e aos critérios de designação estabelecidos no art. 5º do Decreto Municipal nº 055/2023.

10.2 - O Setor de Compras, vinculado à respectiva Secretaria, deverá confeccionar e padronizar os talonários de requisição física (em papel) que autorizarão o consumo das refeições. É imperativo que seja estabelecido um fluxo de comunicação transparente entre a Secretaria de Administração e os demais secretários/chefes de setor demandantes, garantindo que apenas servidores devidamente autorizados recebam as requisições, evitando desvios ou consumos não amparados pelo interesse público.

10.3 - Adicionalmente, a Administração deverá instituir e dar publicidade, em momento anterior à assinatura dos termos de credenciamento, à planilha de controle do Sistema de Rodízio por Ciclos de Atendimento (descrito no Item 5). Esta ferramenta, seja ela sistêmica ou em planilha eletrônica, deverá evidenciar de forma cristalina a ordem cronológica de ingresso dos credenciados, o trio ativo no ciclo vigente e o rodízio da fila, garantindo a lisura, a impessoalidade e a rastreabilidade da distribuição da demanda.

10.4 - Por fim, considerando a natureza permanente do Credenciamento, a Administração deverá assegurar a manutenção da publicação do Edital de Chamamento Público de forma contínua em seu sítio eletrônico oficial e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), além de promover a reabertura formal dos prazos de divulgação, no mínimo, uma vez a cada 12 (doze) meses, conforme imposição do art. 37, § 6º, do Decreto Municipal nº 055/2023, para assegurar o ingresso perene de novos interessados.

11 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

11.1 - Em estrito atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, cumpre registrar que a presente contratação não demanda, para a sua efetivação ou plena funcionalidade, a realização de contratações interdependentes (aquelas sem as quais o objeto principal não pode ser executado). A modelagem desenhada por meio do credenciamento transfere à iniciativa privada a responsabilidade integral pela infraestrutura de atendimento (refeitórios), preparo (cozinhas) e acondicionamento (embalagens térmicas) das refeições, eximindo o Município de Itanhomi-MG da necessidade de locar espaços subsidiários, adquirir maquinário industrial ou comprar insumos alimentícios de forma apartada.

11.2 - No que tange a possíveis contratações correlatas, identifica-se apenas a utilização da frota própria do Município, ou a execução de contratos vigentes de fornecimento de combustíveis e locação de veículos, para o deslocamento físico dos servidores (especialmente aqueles lotados em obras

operacionais ou frentes de trabalho na zona rural) até os estabelecimentos credenciados para a retirada dos marmitex ou consumo *in loco*. Tratando-se de despesas transversais já abarcadas no custeio logístico ordinário das secretarias, não há necessidade de instauração de novos processos licitatórios acessórios estritamente para viabilizar este certame.

11.3 - Registra-se, por fim, que o fluxo de controle de consumo, pautado na emissão de requisições físicas, pressupõe o uso de papel impresso e suprimentos de impressão. Esta demanda material correlata já encontra lastro e é plenamente suportada pelas Atas de Registro de Preços ou contratos contínuos de aquisição de material de expediente e serviços reprográficos atualmente vigentes na Secretaria Municipal de Administração.

12 - DESCRIÇÃO DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1 - O art. 18, § 1º, inciso XII, da Lei Federal nº 14.133/2021 preconiza a necessidade de identificação dos impactos ambientais da contratação e das respectivas medidas mitigadoras. Em sintonia com o Princípio do Desenvolvimento Nacional Sustentável (art. 5º da referida Lei), a presente demanda, embora não caracterize atividade de alto potencial poluidor, gera externalidades ambientais inerentes ao ramo de preparo e fornecimento de alimentos que exigem controle e responsabilidade.

12.2 - Os principais impactos ambientais mapeados na execução deste serviço concentram-se na geração de resíduos sólidos e líquidos. Destacam-se o descarte contínuo de embalagens térmicas descartáveis e recipientes de alumínio ou isopor (utilizados nos Lotes 2 e 3 para o acondicionamento dos marmitex), a geração de resíduos orgânicos (sobras de alimentos no Lote 1 e Lote 4) e o descarte de efluentes líquidos, notadamente os óleos vegetais saturados e gorduras provenientes das cozinhas industriais dos estabelecimentos credenciados.

12.3 - Como medidas mitigadoras de adoção obrigatória, os credenciados deverão observar rigorosamente a legislação ambiental vigente, com destaque para a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010). É responsabilidade exclusiva das empresas contratadas garantir a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados em suas dependências, promovendo o descarte correto das embalagens e impedindo o lançamento irregular de óleo de cozinha usado e gorduras

na rede coletora de esgoto do Município de Itanhomi-MG, devendo encaminhá-los para processos de reciclagem ou logística reversa, quando aplicável.

12.4 - No âmbito da Administração Pública Municipal, a fiscalização atuará de forma orientativa para inibir o desperdício de alimentos por parte dos servidores usuários do serviço, promovendo o consumo consciente e garantindo que o volume de refeições requisitadas seja estritamente condizente com a necessidade de cada jornada ou frente de trabalho.

13 - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1 - O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) demonstra de forma cabal a viabilidade técnica, jurídica e socioeconômica para a contratação de pessoas jurídicas especializadas no preparo e fornecimento de refeições aos servidores da Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG. A necessidade da demanda restou amplamente comprovada, ancorada no Princípio da Continuidade do Serviço Público e na obrigatoriedade de prover suporte logístico e nutricional adequado para a manutenção das frentes de trabalho, obras e plantões do Município.

13.2 - A escolha pelo sistema de Credenciamento, fundamentada como Inexigibilidade de Licitação (art. 74, inciso IV, c/c art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, e regulamentada pelo art. 37 do Decreto Municipal nº 055/2023), revela-se, de forma incontestada, a modelagem jurídica mais eficiente para o caso concreto. A adoção desta sistemática atende à impossibilidade de competição excludente, permitindo a arregimentação de uma pluralidade de fornecedores e a divisão da demanda em ciclos de rodízio, o que mitiga riscos logísticos e operacionais.

13.3 - Sob a ótica financeira e de governança, a fixação prévia dos valores unitários com base em parâmetros objetivos extraídos do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) resguarda o erário contra sobrepreços. Ademais, o parcelamento do objeto em lotes, aliado à exigência operacional de que as futuras contratadas instalem ou possuam posto de atendimento na sede do Município até o início da execução, consagra a eficiência logística, mitiga riscos de deslocamento e garante a vantajosidade sem ferir a ampla competitividade do certame.



13.4 - Diante de todo o exposto, e considerando que a contratação atende a todos os requisitos normativos e de planejamento estratégico vigentes, este subscritor atesta a **ADEQUAÇÃO, RAZOABILIDADE E VIABILIDADE** da contratação pretendida. Recomenda-se, por conseguinte, a aprovação deste Estudo Técnico Preliminar pela autoridade competente e o regular prosseguimento do processo administrativo, com a subsequente confecção do Termo de Referência definitivo e a elaboração do Edital de Chamamento Público.

Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG, 08 de junho de 2026.

JOSELITO VIEIRA NEVES
Servidor Responsável

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente Termo de Referência é a contratação de pessoas jurídicas especializadas no ramo alimentício para o fornecimento contínuo e fracionado de refeições preparadas, compreendendo as modalidades de *Self Service*, *Marmitex* (Tamanhos Grande e Médio) e Prato Feito (PF), visando atender às demandas de operários de obras públicas, servidores em regime de plantão, frentes de trabalho na zona rural e outras demandas de todos os setores da Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG.

1.2 - A execução do objeto dar-se-á por meio do sistema de Credenciamento, caracterizado como Inexigibilidade de Licitação (art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021), operando sob regime de fornecimento por preço unitário fixado pela Administração, conforme as especificações técnicas, quantitativos e tabela de preços dispostas a seguir:

LOTE 1: REFEIÇÃO SELF SERVICE					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO EM R\$	
				UNIT.	TOTAL
01	REFEIÇÃO (SELF SERVICE) preparada conforme as boas práticas de fabricação e procedimentos operacionais padronizados estabelecidos na Resolução – RDC Nº 275/2002 da ANVISA, seguindo a seguinte estrutura mínima de cardápio: Arroz, feijão, macarrão, saladas, verduras, ovos, 02 (dois) tipos de carne (branca e vermelha). OBS.: As refeições deverão ser servidas em horário comercial de costume, nas dependências do FORNECEDOR (local adequado e apropriado), higienizado, com cobertura, climatizado, contendo acomodações de mesas, cadeiras e talheres.	KG	2.000	48,88	97.760,00
VALOR TOTAL DO LOTE R\$					97.760,00



LOTE 2: REFEIÇÃO MARMITEX (TAMANHO GRANDE)					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO EM R\$	
				UNIT.	TOTAL
01	<p>REFEIÇÃO (MARMITEX) preparada conforme as boas práticas de fabricação e procedimentos operacionais padronizados estabelecidos na Resolução – RDC Nº 275/2002 da ANVISA, seguindo a seguinte estrutura de cardápio e gramatura mínima por porção:</p> <p>02 SALADAS: Folhosos porção de 30 gramas, verduras/legumes crus/cozidos porção de 70 gramas;</p> <p>01 PRATO PRINCIPAL: Carne bovina preparada porção de 140 gramas, carne suína preparada porção de 140 gramas ou frango preparado porção de 220 gramas;</p> <p>01 GUARNIÇÃO: Massas variadas ou legumes ou tubérculos refogados/preparados porção de 150 gramas;</p> <p>01 ARROZ: Branco cozido porção de 350 gramas;</p> <p>01 FEIJÃO: Preto ou carioca cozido porção de 180 g.</p> <p>OBS.: Os alimentos deverão ser acondicionados em embalagens descartáveis aluminizadas taradas “tipo marmitex” contendo peso mínimo de <u>920</u> gramas de alimentos e máximo de <u>01</u> (um) kg de alimentos.</p>	UN	6.000	30,58	183.480,00
VALOR TOTAL DO LOTE R\$					183.480,00

LOTE 3: REFEIÇÃO MARMITEX (TAMANHO MÉDIO)					
LOTE	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO EM R\$	
				UNIT.	TOTAL
02	<p>REFEIÇÃO (MARMITEX) preparada conforme as boas práticas de fabricação e procedimentos operacionais padronizados estabelecidos na Resolução – RDC Nº 275/2002 da ANVISA, seguindo a seguinte estrutura de cardápio e gramatura mínima por porção:</p> <p>02 SALADAS: Folhosos porção de 20 gramas, verduras/legumes crus/cozidos porção de 50 gramas;</p> <p>01 PRATO PRINCIPAL: Carne bovina preparada porção de 120 gramas, carne suína preparada porção de 120 gramas ou frango preparado porção de 200 gramas;</p> <p>01 GUARNIÇÃO: Massas variadas ou legumes ou tubérculos refogados/ preparados porção de 120 gramas;</p> <p>01 ARROZ: Branco cozido porção de 260 gramas;</p> <p>01 FEIJÃO: Preto ou carioca cozido porção de 150 g</p> <p>OBS.: Os alimentos deverão ser acondicionados em embalagens descartáveis aluminizadas taradas “tipo marmitex” contendo peso mínimo de <u>720</u> gramas de alimentos e máximo de <u>800</u> gramas de alimentos.</p>	UN	3.000	25,35	76.050,00
VALOR TOTAL DO LOTE R\$					76.050,00

LOTE 4: PRATO FEITO (PF)					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO EM R\$	
				UNIT.	TOTAL
01	REFEIÇÃO TIPO PRATO FEITO (PF) preparada conforme as boas práticas de fabricação e procedimentos operacionais padronizados estabelecidos na Resolução – RDC N° 275/2002 da ANVISA, seguindo a seguinte estrutura de cardápio e gramatura mínima por porção: 02 SALADAS: Folhosos porção de 30 gramas, verduras/legumes crus/cozidos porção de 70 gramas; 01 PRATO PRINCIPAL: Carne bovina preparada porção de 140 gramas, carne suína preparada porção de 140 gramas ou frango preparado porção de 220 gramas; 01 GUARNIÇÃO: Massas variadas ou legumes ou tubérculos refogados/preparados porção de 150 gramas; 01 ARROZ: Branco cozido porção de 350 gramas; 01 FEIJÃO: Preto ou carioca cozido porção de 180 g. OBS.: As refeições deverão ser servidas em pratos fundos tipo duralex, no horário comercial de costume, nas dependências do FORNECEDOR (local adequado e apropriado), higienizado, com cobertura, climatizado, contendo acomodações de mesas, cadeiras e talheres.	UN	2.000	30,71	61.420,00
VALOR TOTAL DO LOTE R\$					61.420,00
TOTAL GERAL R\$					418.710,00

1.3 - Em estrita obediência ao art. 6º, inciso XV, da Lei Federal nº 14.133/2021, a presente demanda enquadra-se juridicamente na classificação de serviços e fornecimentos contínuos. A natureza de essencialidade do serviço decorre do fato de que a sua interrupção compromete diretamente a manutenção do esforço humano nas frentes de trabalho operacionais, acarretando paralisação de máquinas, suspensão de plantões essenciais e ofensa direta ao Princípio da Continuidade do Serviço Público.

1.4 - Cumpre ressaltar que a execução deste objeto não envolverá a alocação de postos de trabalho ou a dedicação exclusiva de mão de obra por parte das empresas credenciadas nas dependências da Prefeitura, caracterizando-se puramente como prestação de serviço atrelada ao fornecimento de bens de consumo (alimentos e embalagens descartáveis), realizada nas próprias dependências dos contratados.

2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 - A presente contratação encontra-se indissociavelmente vinculada e fundamentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) anexo aos autos deste processo administrativo, documento que atesta a viabilidade técnica, econômica e jurídica da demanda, em estrita observância ao art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2 - A necessidade imperiosa de fornecimento de refeições decorre da obrigação da Administração Pública em garantir suporte logístico e nutricional adequado aos servidores municipais submetidos a jornadas em frentes de obras, manutenção na zona rural, plantões contínuos e situações emergenciais. O desabastecimento alimentar ou a exigência de que o servidor se desloque por meios próprios acarretaria grave prejuízo à economicidade, tempo ocioso de maquinários e ofensa direta ao Princípio da Continuidade do Serviço Público, estatuído no *caput* do art. 37 da Constituição Federal.

2.3 - Sob a ótica jurídica, a adoção do Credenciamento consubstancia-se como a modelagem mais eficiente e adequada ao caso concreto, caracterizando-se como hipótese legal de Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no art. 74, inciso IV, c/c o art. 79, *caput*, da Lei Federal nº 14.133/2021, e regulamentado no âmbito do Município de Itanhomi-MG pelo art. 37 do Decreto Municipal nº 055/2023.

2.4 - A inexigibilidade, neste cenário, não deriva da escassez de fornecedores no mercado, mas sim da inviabilidade lógica de competição restritiva. O interesse público não reside na escolha de um único vencedor com a consequente exclusão dos demais interessados. Pelo contrário, a Administração almeja formar uma rede de prestadores aptos a fornecer o serviço pelo preço previamente tabelado pelo Município. A concentração do fornecimento em uma única empresa geraria estrangulamento logístico, risco de filas nos horários de pico e incapacidade de atendimento célere, fragilizando a prestação do serviço.

2.5 - Ademais, a modelagem da contratação com divisão em lotes e a exigência de que a execução do objeto ocorra estritamente dentro da sede do Município consolidam a fundamentação operacional da demanda. Para resguardar o Princípio da Eficiência e a isonomia, não se exigirá que os interessados sejam sediados em Itanhomi-MG na fase de habilitação. Contudo, impõe-se a obrigatoriedade de que as empresas interessadas disponham, até o início da execução do termo de credenciamento, de um posto de atendimento localizado na sede do município de Itanhomi-MG que cumpra todos os requisitos de infraestrutura e sanidade exigidos para o lote pretendido.

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 - A solução a ser contratada compreende a prestação contínua de serviços de preparo e fornecimento de refeições aos servidores municipais, executada por uma rede de estabelecimentos do ramo alimentício credenciados. A execução operacional dar-se-á sob o regime de inexigibilidade de licitação, na qual os fornecedores aderem de forma incondicional à tabela de preços unitários previamente fixada pela Administração Pública.

3.2 - O ciclo operacional do fornecimento será rigorosamente controlado e inicia-se com a identificação da necessidade pela chefia imediata. Os Secretários Municipais ou chefes de cada setor demandante solicitarão ou emitirão, por intermédio do Setor de Compras da Administração, requisições físicas (em papel). Este documento impresso e nominal é a única autorização válida para lastrear o consumo e o futuro empenho da despesa.

3.3 - De posse da referida requisição física, o servidor público ficará autorizado a se dirigir ao estabelecimento credenciado que estiver na condição de "ativo" para aquele ciclo de atendimento (que operará em periodicidade anual, conforme definido no modelo de gestão do credenciamento). No ato do atendimento, o servidor entregará obrigatoriamente a via original da requisição ao fornecedor.

3.4 - A logística de entrega do objeto ocorrerá sob duas vertentes, conforme as especificações de cada lote:

- **Consumo *in loco*:** Para as refeições do tipo *Self Service* (Lote 1) e Prato Feito (Lote 4), o servidor fará a refeição nas próprias dependências do credenciado, usufruindo da infraestrutura de refeitório (mesas, cadeiras e ambiente climatizado).
- **Retirada de *Marmitex*:** Para os Lotes 2 e 3, a solução caracteriza-se pelo pronto atendimento no balcão do fornecedor. O servidor entregará a requisição e retirará a refeição já devidamente acondicionada em embalagem térmica descartável, garantindo o rápido retorno logístico às frentes de obras e à zona rural.

3.5 - O encerramento do ciclo operacional e financeiro consolida-se na fase de faturamento. Periodicamente, o estabelecimento credenciado compilará o lote de requisições físicas originais retidas e o apresentará em apenso à respectiva Nota Fiscal de prestação de serviços. Este procedimento viabiliza o cruzamento de dados pelo Fiscal do Contrato, instruindo de forma lícita a fase de liquidação da despesa pública, em estrita observância aos arts. 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, garantindo que o Município pague exclusivamente pelo quantitativo de refeições efetivamente requisitadas e consumidas.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS)

4.1 - A prestação dos serviços deverá observar, em caráter cogente e contínuo, as boas práticas de fabricação e os procedimentos operacionais padronizados estabelecidos na Resolução – RDC Nº 275/2002 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). É de responsabilidade exclusiva da credenciada assegurar a higidez físico-química e microbiológica dos alimentos fornecidos, respondendo integralmente por eventuais danos à saúde dos servidores decorrentes de contaminação alimentar ou manipulação inadequada.

4.2 - As refeições deverão ser fornecidas em estrita obediência às composições de cardápio, infraestrutura e gramaturas mínimas definidas para cada lote específico, a saber:

4.2.1 - LOTE 1: REFEIÇÃO SELF SERVICE

- **ESTRUTURA DO CARDÁPIO:** Deverá conter, no mínimo, arroz, feijão, macarrão, saladas, verduras, ovos e 02 (dois) tipos de carne (branca e vermelha).
- **CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:** As refeições deverão ser servidas no horário comercial de costume. O credenciado deverá disponibilizar espaço em suas próprias dependências, caracterizado por ser um local adequado, apropriado e higienizado. A infraestrutura mínima exigida engloba ambiente com cobertura e climatizado, dotado de acomodações ergonômicas (mesas e cadeiras) e o fornecimento de talheres adequados.

4.2.2 - LOTE 2: REFEIÇÃO MARMITEX (TAMANHO GRANDE)

- **COMPOSIÇÃO E GRAMATURA:** 02 (duas) saladas (folhosos na porção de 30 gramas, verduras/legumes crus ou cozidos na porção de 70 gramas); 01 (um) prato principal (carne bovina preparada na porção de 140 gramas, ou carne suína preparada na porção de 140 gramas, ou frango preparado na porção de 220 gramas); 01 (uma) guarnição (massas variadas, legumes ou tubérculos refogados/preparados na porção de 150 gramas); 01 (uma) porção de arroz branco cozido (350 gramas); e 01 (uma) porção de feijão preto ou carioca cozido (180 gramas).
- **CONDIÇÕES DE ACONDICIONAMENTO:** O peso líquido dos alimentos por unidade deverá ser no mínimo de 920 gramas e no máximo de 01 (um) kg. O acondicionamento deverá ocorrer obrigatoriamente em embalagens térmicas descartáveis adequadas para a preservação da temperatura e integridade dos alimentos (tais como recipientes tarados aluminizados ou similares autorizados pela vigilância sanitária).

4.2.3 - LOTE 3: REFEIÇÃO MARMITEX (TAMANHO MÉDIO)

- **COMPOSIÇÃO E GRAMATURA:** 02 (duas) saladas (folhosos na porção de 20 gramas, verduras/legumes crus ou cozidos na porção de 50 gramas); 01 (um) prato principal (carne bovina preparada na porção de 120 gramas, ou carne suína preparada na porção de 120

gramas, ou frango preparado na porção de 200 gramas); 01 (uma) guarnição (massas variadas, legumes ou tubérculos refogados/preparados na porção de 120 gramas); 01 (uma) porção de arroz branco cozido (260 gramas); e 01 (uma) porção de feijão preto ou carioca cozido (150 gramas).

- **CONDIÇÕES DE ACONDICIONAMENTO:** O peso líquido dos alimentos por unidade deverá ser no mínimo de 720 gramas e no máximo de 800 gramas. O acondicionamento obedecerá à mesma exigência de embalagens térmicas descartáveis estipulada para o Lote 2.

4.2.4 - LOTE 4: PRATO FEITO (PF)

- **COMPOSIÇÃO E GRAMATURA:** A estrutura do cardápio e o peso das porções são idênticos aos exigidos para o Lote 2 (Marmitex Grande).
- **CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:** O serviço destina-se ao consumo *in loco*. A refeição deverá ser servida especificamente em pratos fundos tipo duralex. O atendimento ocorrerá no horário comercial de costume, devendo o fornecedor disponibilizar o mesmo padrão de infraestrutura exigido para o Lote 1, contemplando ambiente coberto, climatizado, higienizado e equipado com mesas, cadeiras e talheres.

4.3 - Em respeito às diretrizes de sustentabilidade e mitigação de impactos ambientais estipuladas no art. 22 do Decreto Municipal nº 055/2023, a contratada obriga-se a promover a destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados durante o processo de execução contratual. É vedado o descarte irregular de efluentes líquidos (gorduras e óleos de cozinha) na rede pública de esgoto, bem como o descarte de embalagens descartáveis fora dos padrões exigidos pelas normas ambientais e pela coleta seletiva do município de Itanhomi-MG.

5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 - A execução do objeto ocorrerá estritamente sob demanda e de forma fracionada ao longo do exercício. A prestação do serviço (fornecimento da refeição ou entrega do marmitex) está

condicionada à apresentação prévia e obrigatória, por parte do servidor municipal, de uma requisição física (em papel) original, devidamente preenchida e assinada pela autoridade competente (Secretários, chefes de setor ou Setor de Compras). O fornecimento de refeições sem o amparo da referida requisição constitui ato de liberalidade do credenciado, desobrigando o Município de Itanhomi-MG de qualquer ônus ou ressarcimento financeiro.

5.2 - Nos termos do parágrafo único, inciso I, do art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, a distribuição da demanda será instrumentalizada através de um Sistema de Rodízio por Ciclos de Atendimento, pautado em critérios objetivos e impessoais, operando sob as seguintes diretrizes:

- **PERIODICIDADE DO CICLO:** O ciclo de rodízio terá a duração anual (12 meses).
- **COMPOSIÇÃO DO GRUPO ATIVO:** Para cada lote, a execução do fornecimento será direcionada simultaneamente a um limite de 03 (três) estabelecimentos credenciados por ciclo.
- **DIVISÃO DA DEMANDA:** O consumo das requisições será distribuído em partes iguais entre os membros do grupo ativo no respectivo lote, viabilizando o controle operacional e fiscalizatório da Administração.
- **CRITÉRIO DE INGRESSO:** A formação do grupo ativo de 03 (três) fornecedores obedecerá rigorosamente à ordem cronológica de deferimento dos pedidos de credenciamento.
- **FILA SEQUENCIAL:** Caso o número de credenciados supere o limite de 03 (três) empresas para um lote, os excedentes integrarão uma fila de espera sequencial, aguardando o término do ciclo anual vigente para, então, assumirem a execução no ciclo subsequente, preservando a igualdade de oportunidades.
- **INSUFICIÊNCIA DE CREDENCIADOS:** Na eventualidade de haver menos de 03 (três) estabelecimentos habilitados em determinado lote, a demanda total será fracionada em partes iguais exclusivamente entre aqueles que estiverem ativos (sejam dois ou apenas um), garantindo o abastecimento ininterrupto da Administração.

5.3 - O atendimento aos servidores deverá ocorrer nas dependências físicas dos credenciados, rigorosamente no horário comercial de costume, devendo o estabelecimento garantir estrutura e pessoal suficientes para suportar o fluxo de demanda diária.

5.4 - Dada a natureza contínua do serviço e a necessidade de pronto atendimento a servidores que labutam em obras operacionais, frentes de trabalho rural e regime de plantão, é vedado à credenciada impor restrições arbitrárias de horários dentro do período comercial de refeições ou gerar filas e atrasos que comprometam o rápido retorno do servidor público às suas funções essenciais.

6 - MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1 - A gestão e a fiscalização da contratação consubstanciam-se em prerrogativas e deveres do poder público, devendo ser executadas de forma rigorosa e contínua, nos exatos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e em conformidade com as diretrizes de designação e segregação de funções estabelecidas no art. 5º do Decreto Municipal nº 055/2023.

6.2 - Para o regular acompanhamento e atesto da prestação dos serviços, fica formalmente designado como Fiscal do Contrato o servidor público municipal JOSELITO VIEIRA NEVES. Incumbirá ao fiscal o acompanhamento da execução contratual, a verificação do padrão de qualidade, infraestrutura e gramatura das refeições, a observância das normas sanitárias vigentes e, primordialmente, a conferência minuciosa do lote de requisições físicas originais cruzando-o com o quantitativo faturado nas notas fiscais, viabilizando o ateste lícito para a liquidação da despesa.

6.3 - A gestão administrativa da contratação ficará a cargo do Secretário Municipal de Administração, senhor BRUNO SILVA MELLO FIGUEIREDO, designado formalmente como Gestor do Contrato. Caberá ao gestor a coordenação global do sistema de credenciamento, a operacionalização tempestiva e impessoal do Sistema de Rodízio entre os credenciados, o controle do saldo orçamentário e a condução de eventuais procedimentos administrativos para

apuração de infrações e aplicação de sanções em caso de inexecução ou falha na prestação do serviço.

6.4 - A atuação do fiscal e do gestor não exclui nem reduz a responsabilidade objetiva e civil das empresas credenciadas pelos danos causados à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento alimentício. Da mesma forma, a fiscalização exercida pelo Município de Itanhomi-MG não transfere à municipalidade qualquer solidariedade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do termo de credenciamento.

7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 - A medição dos serviços prestados será efetuada com periodicidade mensal. Para tanto, encerrado o ciclo de consumo do mês civil, a empresa credenciada deverá apresentar a respectiva Nota Fiscal correspondente ao quantitativo daquele período fechado. Para que a liquidação da despesa seja autorizada, a fatura deverá estar obrigatoriamente instruída e acompanhada do lote de requisições físicas originais emitidas pelo Município e retidas pelo estabelecimento no ato do atendimento. Tais requisições constituem a prova material e inquestionável da efetiva prestação do serviço e do consumo mensal.

7.2 - No que tange ao trâmite de aceitação do objeto, com fulcro expresso no art. 41, § 1º, do Decreto Municipal nº 055/2023, fica dispensada a etapa de recebimento provisório, tendo em vista tratar-se do fornecimento de alimentação preparada. O recebimento do objeto dar-se-á exclusivamente de forma definitiva. Este ato será materializado mediante o ateste na Nota Fiscal apostado pelo Fiscal do Contrato, que certificará a conformidade entre os valores faturados, as quantidades de requisições anexadas e a regularidade das especificações técnicas fornecidas durante o mês.

7.3 - O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG no prazo máximo e improrrogável de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data do efetivo ateste (recebimento

definitivo) da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato, sendo creditado exclusivamente em conta bancária de titularidade da pessoa jurídica credenciada.

7.4 - A liberação do pagamento mensal e o ateste da fatura ficarão estritamente condicionados à manutenção, por parte da contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento do credenciamento. Para tanto, a credenciada deverá comprovar, a cada faturamento, sua regularidade fiscal e trabalhista por meio da apresentação das Certidões Negativas de Débitos (Federal, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT) devidamente atualizadas. A constatação de irregularidade fiscal ensejará a retenção cautelar do pagamento até a devida regularização pela empresa, sem que caiba a incidência de juros, multas ou correção monetária contra a Administração Pública por este atraso motivado pela credenciada.

8 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 - A seleção dos prestadores de serviço dar-se-á mediante procedimento de Credenciamento, instaurado por meio de Edital de Chamamento Público, consubstanciando hipótese de Inexigibilidade de Licitação (art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021). O edital conterá as condições gerais e objetivas para o ingresso de qualquer estabelecimento comercial do ramo alimentício interessado em compor a rede de fornecedores do Município.

8.2 - O processo garantirá a máxima transparência e igualdade de acesso, estipulando-se prazo mínimo para recebimento inicial da documentação não inferior a 30 (trinta) dias. Ademais, visando resguardar a natureza de inexigibilidade por inviabilidade de competição e a formação de um cadastro dinâmico, o prazo para novos credenciamentos deverá ser reaberto, no mínimo, uma vez a cada 12 (doze) meses, permitindo o ingresso contínuo de novos interessados, conforme imposição do art. 37, § 5º e § 6º, do Decreto Municipal nº 055/2023.

8.3 - Com o fito de garantir a exequibilidade operacional do fornecimento, a execução das refeições ou a retirada dos marmitex deverá ocorrer estritamente na sede do município de Itanhomi-MG. A exigência justifica-se tecnicamente pela total inviabilidade de deslocamento

intermunicipal dos servidores, o que geraria perecimento da temperatura dos alimentos e grave prejuízo ao tempo de duração da jornada de trabalho.

8.4 - Para garantir o atendimento à referida diretriz sem restringir a competitividade do chamamento público, as empresas interessadas, independentemente de onde possuam sua sede principal, deverão dispor e comprovar, até o momento do início da execução contratual (ordem de fornecimento/assinatura do termo), de um posto de atendimento físico localizado na sede do município de Itanhomi-MG. Este local deverá cumprir rigorosamente com todas as exigências estruturais e normativas definidas para o(s) lote(s) em que a empresa se credenciar.

8.5 - Os critérios objetivos para ingresso no rol de credenciados exigirão que o interessado comprove regularidade jurídica, fiscal (fazendas federal, estadual e municipal), social (FGTS) e trabalhista (CNDT). No aspecto da qualificação técnica, exigir-se-á a apresentação de Alvará de Localização e Funcionamento e de Alvará Sanitário vigentes e expedidos pelo órgão competente da localidade do posto de atendimento, atestando a aptidão legal e estrutural do estabelecimento para a manipulação comercial e o fornecimento de alimentos.

8.6 - A efetivação do credenciamento estará condicionada à assinatura do respectivo Termo, ato por meio do qual a empresa manifestará sua concordância expressa, formal e incondicional com todas as diretrizes do edital, notadamente a submissão ao Sistema Anual de Rodízio e a adesão irrestrita à tabela de preços unitários previamente fixada pela Administração Pública.

9 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 - Em observância ao art. 23, § 1º, e ao art. 79, parágrafo único, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como ao estatuído no art. 37, § 2º, do Decreto Municipal nº 055/2023, a Administração Pública Municipal fixou previamente os preços a serem pagos aos credenciados. A precificação, inerente à modalidade de inexigibilidade por credenciamento, afasta a disputa de lances e estabelece uma tabela remuneratória única e inegociável, assegurando a absoluta impessoalidade e isonomia entre todos os prestadores da rede de fornecimento.

9.2 - A tabela de preços unitários foi elaborada com base em ampla pesquisa de mercado, parametrizada pelos dados auferidos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), garantindo a exequibilidade mercadológica, a economicidade e a proteção do erário contra qualquer indício de sobrepreço.

9.3 - O valor global estimado para suportar a integralidade da demanda ao longo do ciclo de vigência deste instrumento perfaz o montante de **R\$ 418.710,00 (quatrocentos e dezoito mil, setecentos e dez reais)**, fixando-se como teto orçamentário para o certame. A distribuição financeira está rigorosamente decomposta de acordo com a tabela pré-fixada:

- **LOTE 1 (REFEIÇÃO SELF SERVICE):** Valor unitário de R\$ 48,88 por quilograma, perfazendo o total estimado de R\$ 97.760,00.
- **LOTE 2 (REFEIÇÃO MARMITEX TAMANHO GRANDE):** Valor unitário de R\$ 30,58 por unidade, perfazendo o total estimado de R\$ 183.480,00.
- **LOTE 3 (REFEIÇÃO MARMITEX TAMANHO MÉDIO):** Valor unitário de R\$ 25,35 por unidade, perfazendo o total estimado de R\$ 76.050,00.
- **LOTE 4 (PRATO FEITO - PF):** Valor unitário de R\$ 30,71 por unidade, perfazendo o total estimado de R\$ 61.420,00.

9.4 - O repasse financeiro mensal aos estabelecimentos credenciados corresponderá estritamente à multiplicação dos preços unitários supramencionados pela quantidade exata de refeições efetivamente fornecidas, liquidadas e atestadas, atreladas à devolução das requisições originais. Não haverá, sob nenhuma hipótese jurídica ou operacional, remuneração baseada em estimativas de consumo não realizadas ou o pagamento de taxas de reserva e exclusividade.

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - As despesas financeiras decorrentes da execução do objeto desta contratação direta correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de

Itanhomi - MG para o presente exercício financeiro, instituído e disciplinado pela Lei Municipal nº 1.983, de 17 de novembro de 2025 (Lei Orçamentária Anual).

10.2 - A indicação de disponibilidade orçamentária prévia constitui requisito de validade do processo de contratação, em estrito cumprimento ao comando expresso no art. 16, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), garantindo que a assunção da obrigação possui o adequado lastro financeiro.

10.3 - Considerando que a demanda por refeições destina-se a suprir as necessidades operacionais de todas as secretarias e setores da Administração Municipal de forma transversal, as classificações das dotações orçamentárias específicas serão desmembradas e detalhadas no edital e deverão constar também no instrumento contratual resultante.

11 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela credenciada, bem como a inexecução do fornecimento em desconformidade com os padrões de qualidade, higiene e gramatura exigidos neste instrumento, caracterizarão infração administrativa. Tais condutas sujeitarão a empresa infratora às sanções delineadas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal cabível.

11.2 - Uma vez instaurado o devido processo administrativo para apuração da infração, e sendo assegurados o prévio contraditório e a ampla defesa, a credenciada estará sujeita às seguintes penalidades:

- Advertência, aplicável exclusivamente para faltas leves que não acarretem prejuízo financeiro ou logístico significativo à continuidade do serviço público;
- Multa compensatória ou moratória, cujos percentuais e bases de cálculo serão detalhadamente estipulados no Edital de Chamamento Público e no Termo de Credenciamento;

- Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do ente federativo;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.3 - No que tange à competência sancionatória no âmbito do Município de Itanhomi-MG, o trâmite obedecerá ao comando do art. 42 do Decreto Municipal nº 055/2023. Conforme a referida norma, observados o contraditório e a ampla defesa, a aplicação de todas as sanções arroladas na Lei nº 14.133/2021 será promovida pelo secretário municipal da pasta interessada. Considerando o modelo de gestão estabelecido no Item 6 deste Termo de Referência, recairá sobre o Gestor do Contrato a responsabilidade por conduzir a aplicação das penalidades.

11.4 - A imposição de qualquer sanção será invariavelmente balizada pelo Princípio da Proporcionalidade, devendo a autoridade competente ponderar a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, os danos efetivamente gerados ao erário e a existência de reincidência por parte da fornecedora. Ademais, o descumprimento grave de normas sanitárias (como a RDC Nº 275/2002/ANVISA) ou a recusa contumaz no atendimento aos servidores ensejará o imediato descredenciamento da empresa, independentemente da aplicação cumulativa de multa.

12 - DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - O prazo de vigência do Edital de Chamamento Público e dos respectivos Termos de Credenciamento (instrumentos contratuais) firmados com as empresas selecionadas será de 12 (doze) meses, contados a partir das respectivas publicações.

12.2 - Tendo em vista a natureza dinâmica e plural inerente à inexigibilidade por credenciamento, a Administração Municipal assegurará a manutenção deste processo de forma contínua. Para tanto, o prazo para credenciamento deverá ser reaberto, no mínimo, uma vez a cada 12 (doze) meses, viabilizando o ingresso permanente de novos prestadores de serviço que



preencham os requisitos do edital, em estrito atendimento ao disposto no art. 37, § 6º, do Decreto Municipal nº 055/2023.

12.3 - Os casos omissos ou as dúvidas suscitadas na interpretação e execução deste Termo de Referência serão dirimidos pelo Gestor do Contrato, à luz da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 055/2023, das normativas de vigilância sanitária aplicáveis e, subsidiariamente, pelos princípios gerais do Direito Administrativo.

12.4 - Fica eleito o foro da Comarca de Itanhomi/MG, observadas as competências legais e constitucionais aplicáveis à Administração Pública, para dirimir quaisquer litígios, dúvidas ou controvérsias decorrentes deste Edital e dos Termos de Credenciamento dele advindos, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser

12.5 - A validação final deste Termo de Referência e a autorização para a correspondente dotação e empenho global da despesa competem exclusivamente ao ordenador de despesas do município, o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Dr. ARTHUR DI CARLO FERREIRA E SILVA.

Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG, 09 de junho de 2026.

BRUNO SILVA MELLO FIGUEIREDO
Secretário Municipal de Administração



ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

(A ser emitida em papel timbrado da empresa)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 043/2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 037/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 011/2026

CREDENCIAMENTO Nº 008/2026

À Comissão de Licitações do Município de Itanhomi/MG,

A empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, neste ato representada por seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, na qualidade de _____, para fins de participação no CREDENCIAMENTO Nº 008/2026, **DECLARA**, sob as penas da lei:

1. Que a empresa cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não possuindo em seu quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
2. A inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação, em estrita observância ao disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021;
3. A inexistência de enquadramento em quaisquer das vedações previstas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021 (impedimentos legais, vedação de parentesco, entre outras vedações de participação);
4. A aceitação total, expressa, irretratável e incondicional de todas as cláusulas e condições estabelecidas no Edital de Chamamento Público nº 037/2026, no Termo de Referência, bem como a adesão irrestrita à Tabela de Preços Unitários fixada pela Administração Municipal de Itanhomi-MG;



-
5. O cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, conforme estabelecido no art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e demais normas pertinentes, caso a empresa se enquadre nas condições legais de obrigatoriedade.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração, ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas sujeitará a empresa às sanções administrativas, civis e penais cabíveis, inclusive a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Local e data: _____

(Assinatura do Representante Legal e Carimbo)



ANEXO IV - MODELO DE PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

(A ser emitido em papel timbrado da empresa)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 043/2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 037/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 011/2026

CREDENCIAMENTO Nº 008/2026

À Comissão de Licitações do Município de Itanhomi/MG

A/C: Sr. LAERTE MARTINS ALVES DE OLIVEIRA (Agente de Contratação)

Assunto: Solicitação de Credenciamento

Prezado Agente de Contratação,

A empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, neste ato representada por seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, na qualidade de _____, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, solicitar o seu **CREDENCIAMENTO** para a prestação de serviços de fornecimento de alimentação preparada, conforme as condições estabelecidas no Edital de Chamamento Público nº 037/2026.

Para tanto, declara que submete, por meio da Plataforma Licitanet (<https://licitanet.com.br/>), toda a documentação de habilitação exigida (jurídica, fiscal, social e técnica), bem como os anexos obrigatórios, estando ciente de que a documentação apresentada é fiel à realidade e que a empresa preenche todos os requisitos para a contratação.

Informa, ainda, que demonstra interesse em se credenciar para o(s) seguinte(s) lote(s):

- () **Lote 1:** Refeição *Self Service*



- ☐ **Lote 2:** Refeição *Marmitex* (Tamanho Grande)
- ☐ **Lote 3:** Refeição *Marmitex* (Tamanho Médio)
- ☐ **Lote 4:** Prato Feito (PF)

A empresa declara ter pleno conhecimento do teor do Edital e de seus anexos, manifestando sua adesão incondicional à Tabela de Preços Unitários e às diretrizes logísticas estabelecidas pela Administração Municipal de Itanhomi-MG, comprometendo-se a manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência do credenciamento.

Por fim, indica como canal oficial de comunicação da empresa:

- **E-mail:** _____
- **Telefone:** (☐) _____ - _____

Nestes termos, pede deferimento.

Local e data: _____

(Assinatura do Representante Legal e Carimbo)

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO FORMAL DE COMPROMISSO

(A ser emitida em papel timbrado da empresa)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 043/2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 037/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 011/2026

CREDENCIAMENTO Nº 008/2026

À Comissão de Licitações do Município de Itanhomi/MG

A/C: Sr. LAERTE MARTINS ALVES DE OLIVEIRA (Agente de Contratação)

Assunto: Declaração Formal de Compromisso (Referente ao item 4.4.3 do Edital)

A empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, neste ato representada por seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, na qualidade de _____, para fins de atendimento à exigência contida no item 4.4.3 do Edital de Chamamento Público nº 037/2026, **DECLARA** formalmente:

1. Que, no presente momento, não possui estabelecimento físico (sede ou filial) instalado na cidade de Itanhomi-MG.
2. Que tem plena ciência da exigência logística estipulada no Edital para a execução dos serviços, qual seja, a necessidade de dispor de um posto de atendimento físico localizado na sede do município de Itanhomi-MG.
3. Que assume o compromisso irretratável de providenciar a instalação de referido posto de atendimento, em conformidade com todas as normas técnicas e sanitárias vigentes, e de apresentar os respectivos Alvarás (Funcionamento e Sanitário) expedidos pelo Município de Itanhomi-MG,



impreterivelmente até a data de início da execução do serviço (assinatura do Termo de Credenciamento ou ordem de fornecimento inicial).

4. Que reconhece que a não apresentação dos documentos comprobatórios da instalação local (Alvarás locais) até o prazo aprazado constituirá motivo para a sua desclassificação do certame, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis por descumprimento de compromisso assumido perante a Administração.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Local e data: _____

(Assinatura do Representante Legal e Carimbo)



ANEXO VI - MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº ____/2026

Termo de CREDENCIAMENTO referente ao fornecimento contínuo e fracionado de refeições preparadas, celebrado entre o MUNICÍPIO DE ITANHOMI-MG e a empresa

_____.

PREÂMBULO

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI-MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.493.239/0001-06, sediada à Avenida JK, nº 91 – Centro – Município de Itanhomi-MG, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Dr. ARTHUR DI CARLO FERREIRA E SILVA, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº MG-8.044.288 – expedida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – inscrito no CPF sob o nº 056.965.966-30, residente e domiciliado à Rua Padre Antônio Rossi, nº 35-A – Centro – Município de Itanhomi-MG.

CONTATRADA: _____, inscrita no CNPJ/MG sob nº _____, sediada à _____, nº _____, Bairro _____, Município de _____ - _____ – CEP: _____, neste ato, representada por seu _____, Sr(a). _____, [naturalidade], [est. Civil], [ocupação], portador da Carteira de Identidade nº _____ – expedida pela _____ – inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado à _____, nº _____, Bairro _____, Município de _____ - _____ – CEP: _____, CONTRATO este cuja celebração foi autorizada em conformidade com o Processo Administrativo nº 043/2026, modalidade INEXIGIBILIDADE nº 011/2026, com fundamento no art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, tendo justo e pactuado o que se segue, mediante as cláusulas e condições infra-enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente Termo tem por objeto o credenciamento da CONTRATADA para o fornecimento contínuo e fracionado de refeições preparadas, em estrita observância às especificações técnicas, quantitativos, normas sanitárias e preços unitários fixados no Edital de Chamamento Público nº 037/2026 e em seu Anexo II (Termo de Referência).

1.2 - A CONTRATADA está devidamente credenciada para o fornecimento dos itens abaixo listados, conforme sua proposta e habilitação:

- a) - Lote 1:** Refeição *Self Service*;
- b) - Lote 2:** Refeição *Marmitex* (Tamanho Grande);
- c) - Lote 3:** Refeição *Marmitex* (Tamanho Médio);
- d) - Lote 4:** Prato Feito (PF).

1.3 - O objeto deste Termo será executado sob demanda, mediante a apresentação de Requisições Físicas emitidas pela Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG, não gerando para a CONTRATADA direito subjetivo à contratação de quantitativos mínimos ou à exclusividade no fornecimento, tendo em vista a natureza do regime de credenciamento.

1.4 - A CONTRATADA declara ter pleno conhecimento do objeto, das condições de execução, dos locais de prestação, bem como de todos os encargos, obrigações e deveres decorrentes da sua participação neste certame, assumindo o compromisso de realizar o fornecimento com a qualidade, higiene e pontualidade exigidas pela Administração Pública Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1 - O presente Termo de Credenciamento fundamenta-se nas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, especificamente no regime de inexigibilidade de licitação por credenciamento previsto no art. 74, inciso IV, observando-se os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

2.2 - Este contrato vincula-se integralmente ao Processo Administrativo nº 043/2026, bem como aos termos, condições, obrigações e normas constantes no Edital de Chamamento Público nº 037/2026 e em seus respectivos Anexos, que passam a integrar este instrumento como se nele estivessem transcritos.

2.3 - A CONTRATADA declara conhecer e aceitar, em caráter irretratável, todas as condições estabelecidas no Edital de Chamamento Público nº 037/2026, bem como submeter-se às normas da legislação vigente aplicáveis à matéria, especialmente no que tange ao fornecimento de gêneros alimentícios e normas de vigilância sanitária.



CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1 - O prazo de vigência deste Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, desde que haja interesse da CONTRATANTE e manifestação expressa da CONTRATADA, observados os limites legais e a disponibilidade orçamentária.

3.2 - O credenciamento poderá ser rescindido a qualquer tempo, sem ônus para a CONTRATANTE, mediante comunicação escrita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da execução das obrigações pendentes ou decorrentes de serviços já realizados e atestados pela administração.

3.3 - A vigência poderá ser interrompida, por parte da CONTRATANTE, caso a CONTRATADA deixe de atender a qualquer dos requisitos de habilitação exigidos no Edital de Chamamento Público nº 037/2026, ou por descumprimento injustificado das condições pactuadas.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - A remuneração da CONTRATADA será efetuada com base nos valores unitários fixados neste credenciamento para os itens/lotes em que a empresa solicitou credenciamento e teve seu requerimento aceito, conforme tabela abaixo:

LOTE **: *****					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO EM R\$	
				UNIT.	TOTAL
01	*****	***	***	***	***
VALOR TOTAL DO LOTE R\$					***
TOTAL GERAL R\$					***

4.2 - O valor global estimado para suportar a integralidade da demanda durante o ciclo de vigência deste instrumento perfaz o montante total de R\$ _____ (_____), servindo apenas como teto orçamentário estimativo para planejamento administrativo da CONTRATANTE, conforme a distribuição da demanda entre os credenciados.

4.3 - A CONTRATANTE assegura a existência de dotação orçamentária própria para fazer face às despesas decorrentes da execução do objeto, conforme previsto na Lei Municipal nº 1.983/2025 (LOA), sob os seguintes códigos:

- a)- Ficha 53: 02.01.01.04.122.0001.2007.3.3.90.30.00 - Fonte 1.500.000.0000;
- b)- Ficha 71: 02.03.01.04.122.0003.2010.3.3.90.30.00 - Fonte 1.500.000.0000;
- c)- Ficha 82: 02.03.01.05.182.0004.2015.3.3.90.30.00 - Fonte 1.500.000.0000;
- d)- Ficha 84: 02.03.01.06.181.0004.2012.3.3.90.30.00 - Fonte 1.500.000.0000;
- e)- Ficha 87: 02.03.01.06.181.0004.2044.3.3.90.30.00 - Fonte 1.500.000.0000;
- f)- Ficha 98: 02.04.01.04.123.0007.2016.3.3.90.30.00 - Fonte 1.500.000.0000;
- g)- Ficha 117: 02.05.01.12.122.0008.2019.3.3.90.30.00 - Fonte 1.500.000.0000;
- h)- Ficha 181: 02.06.01.10.122.0015.2034.3.3.90.30.00 - Fonte 1.500.000.0000;
- i)- Ficha 247: 02.07.01.04.122.0020.2046.3.3.90.30.00 - Fonte 1.500.000.0000;
- j) - Ficha 263: 02.07.01.15.452.0020.2047.3.3.90.30.00 - Fonte 1.500.000.0000;
- k) - Ficha 266: 2.07.01.15.452.0020.2049.3.3.90.30.00 - Fonte 1.500.000.0000;
- l) - Ficha 281: 02.07.01.26.782.0020.2050.3.3.90.30.00 - Fonte 1.500.000.0000;
- m) - Ficha 290: 02.08.01.20.606.0029.2051.3.3.90.30.00 - Fonte 1.500.000.0000;
- n) - Ficha 301: 02.09.01.08.122.0017.2052.3.3.90.30.00 - Fonte 1.500.000.0000;

-
- o) - Ficha 307: 02.09.01.08.243.0017.2084.3.3.90.30.00 - Fonte 1.500.000.0000;
- p) - Ficha 344: 02.11.01.18.122.0023.2058.3.3.90.30.0 - Fonte 1.500.000.0000;
- q) - Ficha 363: 02.12.01.13.122.0013.2074.3.3.90.30.00 - Ficha 1.500.000.0000;
- r) - Ficha 387: 02.13.01.27.122.0014.2013.3.3.90.30.00 - Ficha 1.500.000.0000;
- s) - Ficha 394: 02.13.01.27.812.0014.2057.3.3.90.30.00 - Ficha 1.500.000.0000.

4.4 - O repasse financeiro será realizado estritamente pelo fornecimento efetivo e comprovado, mediante a soma das unidades ou pesos constantes nas requisições físicas originais devidamente atestadas, sendo vedada qualquer forma de pagamento antecipado, taxas de reserva de espaço ou remuneração por estimativas de consumo não realizadas.

4.5 - A tabela de preços unitários fixada é imutável pelo período de vigência de 12 (doze) meses, ressalvada a hipótese de reequilíbrio econômico-financeiro devidamente comprovado e justificado pela CONTRATADA, em observância ao disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - Fornecer as refeições em rigorosa conformidade com as especificações técnicas, quantitativas e de qualidade estabelecidas no Edital de Chamamento Público nº 037/2026 e no respectivo Termo de Referência (Anexo II), zelando pela integridade, temperatura adequada e qualidade higiênico-sanitária dos alimentos preparados.

5.2 - Observar e cumprir integralmente as normas de vigilância sanitária vigentes, notadamente a RDC nº 275/2002/ANVISA e legislações correlatas, mantendo suas instalações físicas, equipamentos e utensílios em perfeitas condições de higiene, limpeza e organização, disponibilizando-os para inspeções da Administração Municipal a qualquer momento.

5.3 - Responsabilizar-se por todo o pessoal envolvido na prestação do serviço, assumindo integral responsabilidade trabalhista, previdenciária, fiscal e acidentária, não havendo qualquer vínculo empregatício entre os seus prepostos e a Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG.

5.4 - Aceitar, dentro das normas e rotinas estabelecidas, o sistema de requisições físicas para a entrega dos alimentos, garantindo que o atendimento ocorra sem embaraços ou discriminações aos servidores públicos.

5.5 - Manter a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante toda a execução do contrato, apresentando os documentos comprobatórios sempre que solicitado pelo Gestor do Contrato.

5.6 - Acatar as orientações e decisões do Gestor do Contrato ou da Equipe de Fiscalização designada pela Administração, prestando as informações necessárias à correta execução do objeto.

5.7 - A CONTRATADA obriga-se a tratar dados pessoais aos quais tiver acesso em razão deste Termo em estrita observância à Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), garantindo a confidencialidade, integridade e segurança das informações, sendo vedada a sua utilização para fins diversos dos previstos no objeto deste contrato, sob pena de responsabilização civil e administrativa.

5.8 - A CONTRATADA compromete-se a adotar práticas de integridade e ética, vedada a prática de quaisquer atos de corrupção ou suborno, conforme estabelecido na Lei Federal nº 12.846/2013 (Anticorrupção), obrigando-se a comunicar à CONTRATANTE qualquer suspeita ou ocorrência de irregularidades relacionadas a agentes públicos ou ao contrato.

5.9 - O cumprimento das obrigações estabelecidas neste Termo não exime a CONTRATADA da observância e do cumprimento das demais obrigações previstas na legislação e nos normativos vigentes aplicáveis ao objeto, independentemente de sua transcrição neste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 - Prestar à CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos necessários para a perfeita execução do objeto, bem como proporcionar as facilidades administrativas que se fizerem necessárias.

6.2 - Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, no prazo e nas condições estabelecidas neste instrumento e no Edital, após a conferência e o atesto das notas fiscais/faturas correspondentes aos serviços efetivamente prestados.

6.3 - Exercer a fiscalização do cumprimento das obrigações da CONTRATADA, por meio de agente(s) ou comissão designada(s) pela autoridade competente da Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG, notificando a empresa sobre eventuais irregularidades detectadas.

6.4 - Emitir as requisições de serviço de forma clara e tempestiva, garantindo que a CONTRATADA disponha das condições necessárias para o atendimento aos servidores públicos e à demanda administrativa.

6.5 - Aplicar as sanções administrativas cabíveis, caso verificado o descumprimento das cláusulas contratuais ou das normas legais aplicáveis, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REGIME DE EXECUÇÃO (RODÍZIO E REQUISIÇÕES)

7.1 - O serviço será executado sob demanda, mediante a emissão de Requisições Físicas ou digitais expedidas pela CONTRATANTE, as quais autorizarão a CONTRATADA a prestar o fornecimento de refeições conforme a necessidade da unidade administrativa solicitante.

7.2 - O regime de credenciamento não estabelece exclusividade, sendo o fornecimento distribuído entre as empresas credenciadas por meio de sistema de rodízio ou de livre escolha pela Administração, observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da eficiência, garantindo-se a todos os credenciados oportunidade equânime de participação.

7.3 - A distribuição da demanda, quando não houver critério específico de escolha da Administração ou do beneficiário, pautar-se-á por cronograma de rodízio organizado pela Gestão do Contrato, visando assegurar a rotatividade e o equilíbrio no volume de serviços atribuídos a cada empresa credenciada.

7.4 - A CONTRATADA obriga-se a atender as requisições que lhe forem encaminhadas, respeitados os limites de sua capacidade operacional e os termos de sua habilitação, não podendo recusar o atendimento sem justificativa fundamentada e aceita pela CONTRATANTE.

7.5 - A emissão da requisição constitui o documento hábil para a comprovação do serviço, devendo ser apresentada pela CONTRATADA no momento do faturamento para atesto pela fiscalização, como condição indispensável para a liquidação da despesa.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

8.1 - A execução do objeto deste Termo será acompanhada e fiscalizada pelo servidor público municipal Sr. JOSELITO VIEIRA NEVES, designado formalmente pela Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG, em observância ao disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2 - A fiscalização exercerá controle rigoroso sobre a qualidade das refeições fornecidas, podendo rejeitar, no todo ou em parte, produtos que não estejam em conformidade com as exigências técnicas e sanitárias estabelecidas, sem que caiba à CONTRATADA qualquer tipo de indenização pelo produto rejeitado.

8.3 - A CONTRATADA obriga-se a permitir e facilitar a fiscalização pela CONTRATANTE, facultando-lhe o acesso aos locais de preparo, registros e documentos pertinentes à execução dos serviços, sempre que solicitado.

8.4 - As irregularidades, falhas ou defeitos encontrados na execução dos serviços deverão ser anotados pelo fiscal em registro próprio, sendo a CONTRATADA comunicada imediatamente para as devidas correções, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Termo.

8.5 - A existência e a atuação da fiscalização não eximem a CONTRATADA da responsabilidade integral e exclusiva pela execução dos serviços, nem reduzem a sua responsabilidade por quaisquer danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA sujeitará a empresa às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

9.2 - Serão aplicáveis as seguintes sanções, de acordo com a gravidade da infração e o histórico da empresa:

a)- Advertência;

b)- Multa moratória de 0,5% por dia de atraso, limitada a 10% do valor da obrigação inadimplida, e multa compensatória de até 20% do valor estimado da contratação, conforme a gravidade da infração;

c)- Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;

d)- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

9.3 - A aplicação de multa, moratória ou compensatória, não poderá exceder a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto do contrato ou do valor da parcela inadimplida, podendo ser aplicada isoladamente ou cumulativamente com as demais sanções.

9.4 - A sanção de advertência será aplicada exclusivamente em caso de infrações leves, assim definidas aquelas que não acarretam prejuízo significativo ao erário ou à prestação do serviço público.

9.5 - A CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar o valor da multa aplicada dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA ou, caso não sejam suficientes, proceder à cobrança administrativa ou judicial do remanescente.

9.6 - A aplicação de qualquer das sanções administrativas não exclui a possibilidade de rescisão unilateral do contrato pela CONTRATANTE, nem exime a CONTRATADA da responsabilidade civil ou penal pelos danos causados por ação ou omissão decorrentes da execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO E DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1 - O presente Termo de Credenciamento poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, resguardadas as prerrogativas da CONTRATANTE.

10.2 - A rescisão unilateral poderá ocorrer por ato administrativo da CONTRATANTE, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações, atraso injustificado na prestação dos serviços ou descumprimento reiterado de normas sanitárias, assegurado à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

10.3 - O Termo poderá ser rescindido amigavelmente, mediante acordo entre as partes, reduzido a termo e respeitados os direitos e obrigações decorrentes dos serviços já executados e atestados.

10.4 - As alterações contratuais, qualitativas ou quantitativas, deverão ser formalizadas por meio de Termo Aditivo, desde que observados os limites legais e a devida justificativa técnica, conforme disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.5 - A CONTRATADA reconhece que, em caso de rescisão por culpa sua, a CONTRATANTE poderá reter créditos devidos para o pagamento de eventuais multas e prejuízos causados ao erário, sem prejuízo da aplicação de outras sanções administrativas e medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão ser efetuadas por escrito, via correspondência oficial, e-mail institucional ou protocolo administrativo, sendo consideradas válidas quando recebidas no endereço ou contato indicado pelos representantes legais dos signatários.

11.2 - A eventual tolerância de qualquer das partes quanto ao descumprimento, total ou parcial, de obrigações assumidas pela outra não constitui novação ou renúncia a direitos, podendo a parte prejudicada exigir o cumprimento das obrigações a qualquer tempo.

11.3 - Caso qualquer disposição deste Termo seja declarada nula, anulável ou inexecutável por decisão judicial, as demais cláusulas permanecerão em pleno vigor e eficácia, devendo as partes buscar uma interpretação que preserve a intenção original do ajuste e os princípios da Administração Pública.

11.4 - Este Termo de Credenciamento tem caráter público, sendo a sua eficácia condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município ou no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em estrita observância ao princípio da publicidade previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Itanhomi/MG, observadas as competências legais e constitucionais aplicáveis à Administração Pública, para dirimir quaisquer litígios, dúvidas ou controvérsias decorrentes deste Edital e dos Termos de Credenciamento dele advindos, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser



E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo relacionadas

Prefeitura Municipal de Itanhomi/MG, ____ de _____ de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI-MG
Dr. ARTHUR DI CARLO FERREIRA E SILVA
Contratante

RAZÃO SOCIAL OU NOME DO CREDENCIADO
REPRESENTANTE LEGAL
Credenciado

TESTEMUNHA 1 – CPF:

TESTEMUNHA 2 – CPF: